



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS

IVAN LUIZ MARTINS FRANCO DO AMARAL

A PRIMEIRA GESTÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA UNICAMP

CAMPINAS

2024

IVAN LUIZ MARTINS FRANCO DO AMARAL

A PRIMEIRA GESTÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA UNICAMP

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva, na Área de Concentração de Ciências Sociais em Saúde.

ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR RUBENS BEDRIKOW

ESTE TRABALHO CORRESPONDE A VERSÃO
FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO
ALUNO IVAN LUIZ MARTINS FRANCO DO AMARAL,
ORIENTADA PELO PROF. DR. RUBENS BEDRIKOW.

CAMPINAS

2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca da Faculdade de Ciências Médicas
Maristella Soares dos Santos - CRB 8/8402

F848p Franco do Amaral, Ivan Luiz Martins, 1986-
A primeira gestão da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp / Ivan
Luiz Martins Franco do Amaral. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Rubens Bedrikow.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),
Faculdade de Ciências Médicas.

1. História. 2. Faculdades de medicina. 3. Educação médica - Brasil -
História. 4. Pesquisa médica - História. 5. Universidade Estadual de Campinas
(UNICAMP). Faculdade de Ciências Médicas - História. I. Bedrikow, Rubens,
1962-. II. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Faculdade de
Ciências Médicas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: The first administration of the Faculty of Medical Sciences at
Unicamp

Palavras-chave em inglês:

History

Schools, Medical

Education, Medical, Brasil, History

Medical research, History

State University of Campinas (UNICAMP), Medical Sciences College (FCM)

Área de concentração: Ciências Sociais em Saúde

Titulação: Mestre em Saúde Coletiva

Banca examinadora:

Rubens Bedrikow [Orientador]

Alex Degan

Antônio de Azevedo Barros Filho

Data de defesa: 01-08-2024

Programa de Pós-Graduação: Saúde Coletiva

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-2374-4099>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/0183169298186598>

COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DE MESTRADO

IVAN LUIZ MARTINS FRANCO DO AMARAL

ORIENTADOR: PROF. DR. RUBENS BEDRIKOW

MEMBROS:

- 1. Prof. Dr. Rubens Bedrikow**
- 2. Prof. Dr. Antônio de Azevedo Barros Filho**
- 3. Prof. Dr. Alex Degan**

Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas.

A ata de defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da FCM. Faculdade de Ciências Médicas.

Data de Defesa: 01/08/2024

DEDICATÓRIA

À minha filha Teresa e esposa Melina são as principais inspirações para retornar os estudos e poder concluir minha pesquisa.

AGRADECIMENTOS

São diversas as pessoas a que tenho a agradecer, de alguma forma tiveram uma grande participação na pesquisa, e/ou no meu amadurecimento para concretização desse trabalho.

Minha esposa Mel, e, minha filha Teresa, são bases de inspiração, e total incentivo para a retomada e conclusão da pesquisa em questão, onde jamais sem elas, poderia ter conseguido almejar o término de meu projeto.

Minha querida irmã Aline (mais conhecida carinhosamente por Didãozinha), pelas suas incansáveis revisões ortográficas, as quais foram fundamentais para que as concordâncias verbais, assim como os erros ortográficos, não atrapalhassem o raciocínio do referido projeto.

Meus pais: Amaral e Ivone em me proporcionar a maior herança que um filho pode ter, que é dar-lhe seus estudos. E, por todo amor sempre dedicado à minha pessoa, sempre guiando-me nos verdadeiros valores que possa constituir o ser humano “pensante” que me formei.

Ao Prof. Dr. Everardo D. Nunes, o qual me proporcionou os primeiros conhecimentos sobre a área da pós-graduação.

Aos amigos (as) da Universidade de Campinas - Unicamp, de uma forma especial a Helena do Centro de Memória e Arquivo da Faculdade de Medicina, como também a Telma e o Rodrigo ambos do Arquivo Central/Siarq pelas incansáveis ajudas em minhas pesquisas, junto aos acervos históricos da Universidade.

Ao Prof. Dr. Rubens Bedrikow, o qual acima de tudo, um grande amigo onde tive a oportunidade em conhecê-lo há mais de 10 anos, onde sempre estivemos juntos em pesquisas, e descobertas sobre a história das ciências da saúde, das artes, como também de Campinas. Gratidão a este grande e querido amigo, que aceitou o desafio para ser meu orientador, possibilitando obter que o sonho pudesse se tornar realidade, sou eternamente grato pelos enormes ensinamentos acadêmicos os quais pude receber desta pessoa muito especial.

EPIGRAFE

Memória é onde se guardam as coisas do passado;
Há dois tipos de memória: memórias sem vida própria, e memórias com vida própria;
As memórias sem vida própria são inertes. Não tem vontade. Sua existência é semelhante a de ferramentas guardadas numa caixa onde não se mexem; Ficam imóveis nos seus lugares, à espera. À espera de quê? A espera de que as chamemos;
(ALVES, Rubem. O velho que acordou menino. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005. 13 p).

RESUMO

Temos a Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), há mais de sessenta anos de fundação, onde a busca pela criação de uma escola de medicina no município de Campinas, somente pode ocorrer graças a uma grande luta da sociedade na oportunidade, em prol de uma Faculdade de Medicina. Todo o trabalho, apresenta uma análise cronológica do processo de criação das escolas médicas no Brasil, até a criação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sendo somente possível sua existência na década de 60. Também sua análise originou-se, com a primeira gestão administrativa da referida Faculdade. Análise realizada desde seu primórdio, no ensino da pesquisa, extensão, como também de forma a se contextualizar e tentar aprofundar detalhadamente a busca da história, assim como, o perfil acadêmico de seu primeiro diretor, dentre todas as informações as quais foi possível obter, através de diversos documentos que foram avistados na minha pesquisa, os quais não eram muitos da época aqui tratada em questão.

O estudo em sua totalidade, apresentou como principal referência, os documentos originais que estão preservados nos acervos históricos da Universidade Estadual de Campinas. Para que se possa melhor compreender as origens de tais documentos, foi necessário a realização de uma análise profunda e muito detalhada no centro de documentação da Unicamp.

Com a análise e estudo de todo o contexto histórico da criação da Faculdade de Medicina - FCM, foi possível poder observar a importância e grandeza do professor Antônio Augusto de Almeida, sendo o primeiro diretor a estruturar toda instituição, realizando atividades de pioneirismo, no que tange toda extensão universitária, assim como em promover espaços na participação de todos os estudantes de graduação de medicina, bem como as políticas-acadêmicas da Faculdade. No trabalho ora mencionado e desenvolvido, conseguiu-se encontrar uma ausência no reconhecimento e destaque do professor Antônio Augusto de Almeida no que tange a Faculdade de Medicina da Universidade de Campinas – Unicamp, assim como as atividades de extensão chamadas de “extra-muros”, as quais devam ser melhor estudadas em uma futura/nova pesquisa.

Palavras-chave: história; faculdade de medicina; ensino, pesquisa; relações comunidade-instituição.

ABSTRACT

The Medical Sciences College (FCM) of the State University of Campinas (Unicamp) has more than 60 years old. The dream of having a public college education institution in the city was only possible due to the engagement dispended by Campinas society, in favor of a college in the health sector.

This research presents a chronological analysis of the Brazil Medicine colleges process creation until the creation of Unicamp, which was only possible in the 1960s. Furthermore, this research seeks to analyze how the first administrative management of Unicamp College was conducted with an analysis based on the realized actions in teaching, research, extension, and a contextualization about the first director's academic profile.

The study presented as its main reference the original documents that are preserved in the historical collections of Unicamp's College. In order to better understand the origins of these documents, it was necessary to carry out a small analysis of the Unicamp documentation center.

The analysis of the historical context of FCM's creation allowed us to observe the importance of Antônio Augusto de Almeida's professor and first director to structure the college institution, carrying out pioneering activities in university extension, in addition to promoting spaces for the participation of undergraduate medical students, in addition to the College's Academic Policies. This research work found an absence in the recognition and prominence of Antônio Augusto de Almeida at FCM, as well as the emphasis on extension activities, called "extra-boundaries" ("extra-muros"), which might be better study in a new research's opportunity.

Keywords: history; medical college; teaching, research; community-institution relations

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - UNICAMP. Reitoria. **Processo 01P-187/1963**. Solicita pagamento FG-11 ao Professor Doutor Cantídio de Moura Campos, ex-Diretor da Faculdade de Medicina de Campinas, p. 104. Arquivo Central/Siarq. Fundo Reitoria.

Figura 02 - JORNAL DIÁRIO EXECUTIVO, 29 de dezembro de 1962. **Diário Executivo do Estado de São Paulo n.º 284**. Arquivo Central/Siarq. Fundo antecedentes Históricos.

Figura 03 - UNICAMP. Faculdade de Medicina. **Foto aula inaugural**, 20 de maio de 1963. Centro de Memória e Arquivo/FCM.

Figura 04 – Quadro do Professor Antônio Augusto de Almeida, pintura de Aldo Cardarelli, fotografia de Mário Moreira.

Figura 05 - UNICAMP. Reitoria. In.: Ofício de Contratação do Sr. Antônio Augusto de Almeida. **Processo 01P-444/1964**. Vida Funcional/Antônio Augusto de Almeida, p. 02. Arquivo Central/Siarq. Fundo Reitoria.

Figura 06 - ALMEIDA, Antônio Augusto. **A esclerectomia posterior no deslocamento da retina**. 1954. Tese (livre-docência) – Faculdade de Medicina de São Paulo, São Paulo-SP, capa.

Figura 07 - JORNAL DIÁRIO DO POVO, 27 de janeiro de 1964. **Livro didático é o maior problemas do universitário**. Arquivo Central/Siarq. Fundo Antecedentes Históricos.

Figura 08 - ARQUIVOS DO INSTITUTO PENIDO BURNIER. **In Memoriam**. Arquivos do Instituto Penido Brunier, Campinas, vol XXI, p. 06. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antônio Augusto de Almeida.

Figura 09 - UNICAMP. Neusa Bonfante. **Foto Atendimento no Bairro dos Oliveiras**. [1968]. Centro de Memória e Arquivo/FCM/Unicamp. Fundo Neusa Bonfante.

Figura 10 - JORNAL DIÁRIO DO POVO, 08 de agosto de 1968. **Tese de Doutorado na FM**. Arquivo Central/Siarq. Fundo Antecedentes Históricos.

Figura 11 - UNICAMP. Centro Acadêmico Adolfo Lutz. **Manifesto de greve dos estudantes de medicina**, 14 de abril de 1965. Arquivo Central/Siarq. Fundo Antecedentes Históricos.

SUMÁRIO

Introdução	12
Cronologia da Criação de Escolas Médicas no País até 1963.....	12
Gênese da Faculdade de Medicina de Campinas	16
O Primeiro Diretor representando a Faculdade.....	22
Arquivo Central da Unicamp e Centro de Memória e Arquivo da FCM/Unicamp	25
Os documentos e o Historiador	41
A Implicação do Pesquisador	43
Objetivos	44
Metodologia	44
Resultados	45
Discussão	62
Considerações finais	64
Referências	66
Anexos	72

INTRODUÇÃO

A Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas da Universidade Estadual de Campinas (FCM-Unicamp) foi inaugurada em 1963. No mesmo ano no estado de São Paulo, foram criadas outras importantes escolas médicas, Faculdades, assim sendo: a de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, e, de Medicina de Botucatu, as quais vieram a se agregar a outras mais antigas, tais como a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, assim como a Escola Paulista de Medicina e ainda a Faculdade de Medicina de Sorocaba.

No cenário de comemorações dos sessenta anos da Faculdade de Medicina FCM da Unicamp, ocorreu o enorme interesse de toda a comunidade acadêmica, tanto a atual bem como a já existente pela história de toda Instituição. É exatamente com tal contexto, que esta pesquisa se dá, tendo como objeto primordial uma averiguação da primeira gestão existente. Gestão a qual foi liderada e exemplarmente coordenada pelo diretor Prof. Antônio Augusto de Almeida, onde se deu a partir de documentos que se encontram muito bem preservados nos arquivos Institucionais da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp.

Cronologia da Criação de Escolas Médicas no País até 1963

O ponto de aqui se dará partida, será o ano de 1808, o qual foi estudado como tendo como o início de todo o processo de criação das Escolas Médicas em no País, tendo na oportunidade, a saída emergencial de toda da família real portuguesa da metrópole para a colônia, onde foi motivado o temor da invasão francesa que foi comandada por Napoleão Bonaparte. Fuga na qual com objetivo oficial para a mudança de um período necessário da coroa atual portuguesa.

Fato que exigiu na oportunidade uma vasta quantidade de mudanças para o desenvolvimento do País. Entre tais mudanças, destacamos a criação das Escolas Médicas-Cirúrgicas em Salvador, assim como, no Estado do Rio de Janeiro, onde também posteriormente, mais precisamente no ano de 1832, deixaram de ser “Academias de Medicina e Cirurgia” para ser Faculdades de Medicina, tanto a do Rio de Janeiro como também a da Bahia,

nascendo a partir daí o período das primeiras Faculdades de Medicina em nosso País.

Segundo o pesquisador Bulcão (2007) as Grades Curriculares das primeiras escolas, divergiam das atuais, pois, o foco era extritamente voltado nas pesquisas bacteriológicas e parasitológicas, ou seja: a Ciência Médica do Brasil é a que realmente transformar-se-à desde o final do século XIX até a década de 1920, onde concentrava-se todas as análises dos agentes etiológicos para os futuros profissionais poderem assim poder tratar as doenças existentes no período em questão.

A terceira escola foi criada dificultosamente após 89 anos em Porto Alegre, tornando-se a primeira Faculdade na Região Sul do País, Amaral (2007) analisa a relação do surgimento das primeiras Instituições de Ensino com as questões sociais, sendo que seu acesso na época, era apenas para a elite que tinha a sua formação em medicina. Em 1912, inaugurou-se mais uma Faculdade de Medicina no Paraná, sendo que, um ano antes de sua criação, criou-se no País o Decreto de n. 8.661, de 5 de abril de 1911, o qual estruturou o Ensino Médico em todo o País, legitimando os cursos existentes nas Faculdades de Medicina, além das disciplinas dos chamados Cursos de Ciências Médicas e Cirurgia, onde, dessa forma, a partir dessa data, veio a proporcionar um novo momento ao Ensino Médico ora existente. A regulamentação do ensino médico no Brasil deu-se através da mobilização pela reforma da educação médica, reforma a qual fora ocorrida dois anos antes nos Estados Unidos, como também no Canadá, isto tudo logo após o Relatório de Abraham Flexner, que efetivou uma avaliação em 155 faculdades, analisando requisitos de admissão, treinamento, como ainda toda dimensão do corpo docente. Entre as conclusões obtidas, apontou que, apenas 31 faculdades existentes é que apresentavam condições de funcionamento. Com esse novo “olhar” para o ensino, conseguiu apurar “uma prática científica de alta qualidade”⁴.

No Brasil, a influência do ensino francês, ainda se perpetua até os dias de hoje na maior parte do ensino médico. Vale ressaltar, que na década de 1930, com a aproximação do governo norte americano, o País passa a receber um certa influência através do financiamento de instituições de pesquisa, com destaque em especial à Fundação Rockefeller, onde nos trás

um enorme favorecimento a reforma no ensino voltado para laboratórios como ainda para pesquisas, além de hospitais como locais de ensino.

Apresentando a influência da reforma Flexneriana, a primeira Faculdade de Medicina com jurisdição estadual, nos apresenta o empenho do médico Arnaldo Augusto de Vieira Carvalho, onde foi criada através da lei estadual n. 1.357 de 19 de dezembro de 1912, na qual “estabeleceu que aquela Academia de Medicina, Cirurgia e Farmácia, criada em 1891, mas não regulamentada, passava a ser a partir de então, como Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo⁵”.

O pesquisador Amaral (2007) apresenta que, um pouco antes da década de 1920, começou um crescimento na criação de escolas médicas no país, surgindo assim novas escolas em Minas Gerais, em 1918, no Pará, em 1919, em Recife, em 1920, e a Faculdade de Medicina de Niterói, em 1926.

Com a promulgação do decreto de número 19.851 de 11 de abril de 1931, trouxe-nos uma total reestruturação na época em todo ensino superior do País; através de um novo regime universitário, e, com o novo decreto do ensino, alinou-se às correntes de ensino americanas que se iniciaram com Relatório Flexner, ora mencionado. Com todo enfoque de laboratório em pesquisa, e, com a utilização de salas de anatomia e os hospitais como os espaços de estudo e ensino para os alunos, constatou-se uma nova corrente no ensino na País; onde se manteve até a década de 1950. Vale ressaltar, que essa nova corrente do ensino em todo País, foi factível devido a aproximação do Brasil com os Estados Unidos, período esse ocorrido logo após o Golpe de Estado, e a nomeação de Getúlio Vargas no poder, o qual permaneceu até o ano de 1945. Com a ocorrência de tal fato, Instituições de Pesquisas financiaram bolsas de estudos, onde ocorreram novas estruturas de ensino em todo País. No governo denominado de “Governo de Vargas” nos é possível observar o começo de um novo olhar para toda a saúde; além, é claro, de todas as questões do ensino médico em hospitais. Durante o referido governo, criou-se o Ministério da Educação e Saúde, sendo uma “Instituição que Desenvolvia Atividades Pertinentes a diversos Ministérios, como sendo: Saúde, Esporte, Educação e ainda Meio ambiente”⁶.

Com o cenário político e educacional foram criadas três Faculdades de Medicina, sendo: a Universidade Federal de São Paulo em 1933, a

Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1936; e, a Universidade Federal do Ceará em 1948.

A influência dos Estados Unidos sobre o ensino Brasileiro manteve-se durante toda década de 50, segundo Bulcão (2007). A Medicina Preventiva e Social no período ora mencionado, tem-se um olhar da doença a partir do paciente, com financiamento de agências norte-americanas para as formações de laboratórios e hospitais de ensino.

O sucessor de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek (JK) a frente da Presidência do Brasil, apresentava uma relação direta com a carreira médica. Juscelino Kubitschek (JK), graduou-se em medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais. Em sua gestão, foi o responsável pela inauguração da vigésima quarta Faculdade de Medicina no País no ano de 1956. A criação da Faculdade Federal do Rio Grande do Norte, vigésima quarta Faculdade, motivou o Presidente, a criar a Comissão de Ensino Médico, para “avaliar a qualidade, e os objetivos do Ensino Médico no Brasil”³, resultando adequar o Ensino Médico às realidades vivenciadas na atenção em saúde no Brasil.

Período o qual a Lei de Diretrizes e Bases, (conhecida como LDB), encontrava-se em fase de trâmite à ser aprovada, onde a mesma foi sancionada em dezembro do ano 1961. Logo que aprovada, tornou-se um marco na estruturação do ensino no País; e Jânio Quadros tomando posse, sendo sucessor de Juscelino em 31 de janeiro de 1961, onde seu governo ficou popularmente conhecido como “Governo Relâmpago”, pois o mesmo durou apenas sete meses, onde não houve tempo hábil para que pudesse realizar quaisquer projetos governamentais. Segundo uma análise do Ministério da Fazenda da época, ano de 1988, o governo de Jânio Quadros buscava algumas mudanças na economia, bem como na cultura, com alguns objetivos nas melhorias para obter uma maior aproximação junto a população, de modo que pudesse atender aos mais necessitados do que apenas a parcela que compreendia a elite do País daquele período em questão.

Contudo, Jânio Quadros renuncia da Presidência da República do Brasil, devido a pressões ocorridas por diversos setores, dentre eles os comerciais e industriais, os quais eram totalmente contrários as relações políticas que ele vinha construindo com os Países Socialistas.

Dessa forma, a entrega da 'Ordem do Cruzeiro do Sul' ao líder adjunto da Revolução Cubana, Ernesto Che Guevara, no ano de 1961, foi o marco para que seu vice, na época João Goulart, pudesse assumir a Presidência da República Federativa do País, o que ocorreu.

Então, a frente da Presidência do País, João Goulart permaneceu por quatro anos de 1961 a 1964; porém, em seu governo "agravaram-se os problemas que caracterizavam a crise da situação brasileira"⁷, tais como: inflação, desigualdades regionais, baixa do crescimento do Produto Bruto Nacional. Com o cenário totalmente desastroso, elaborou-se uma política para que pudesse ser sancionada uma situação econômica do Brasil, através do economista e historiador Celso Furtado, denominada de Plano Trienal; sendo que, os objetivos principais deveriam sempre refletir diretamente em melhorias junto aos "desequilíbrios, estrangulamentos e perspectivas da economia no país"⁷. Com propostas iniciais de ação de economia, através de negociações do Ministério da Fazenda com o governo norte-americano, foi proposto "uma política monetária, cambial e salarial de cunho antinflacionário"⁷. Os setores da industrialização e comércio, não aprovaram tais propostas sugeridas no referido Plano Trienal apresentado que estava sendo proposto ao País.

Porém, o Acordo de Punta del Este, assinado em agosto de 1961, no Conselho Interamericano Econômico e Social, o qual foi aprovado por todos os Países, exceto por Cuba, propunha um programa de aceleração e desenvolvimento dos Países da América Latina. A proposta era que os Estados Unidos pudesse encabeçar na tentativa de obter o controle das forças de aliança socialista em todo o continente. A Carta del Punta viabilizou uma nova alternativa ao Presidente Jango, alterando a proposta política do País na tentativa de "reformulação das Estruturas administrativas, bancárias, fiscal e sobretudo agrária"⁷. Porém, novamente a idéia não se consolidou, e foi fracassando mediante fortes pressões das altas classes administrativas do País.

O segundo desacordo político e econômico, acompanhado com a preocupação do avanço socialista no Brasil, propiciaram, o Golpe de Estado Militar, financiado diretamente pelos Estado Unidos, no ano de 1964 no dia primeiro de abril.

Com cenário político e social, aqui demonstrado que se encontrava o País, as vésperas de um Golpe de Estado, no ano de 1963, criou-se oficialmente a Faculdade de Medicina de Campinas; ano em que o Brasil passou a ter a marca de trinta e seis escolas médicas, sendo a Unicamp criada no interior do País, o que para a época era uma grande exceção, pois 80% das vagas de graduação em medicina concentravam-se nas instituições de ensino superior das capitais. Além disso, nesse período a maioria das vagas, também se encontravam junto às escolas públicas, com percentual de 85,89% de todas as vagas³.

GÊNESIS DA FACULDADE DE MEDICINA DE CAMPINAS

[...] em 30 de junho de 1953, uma lei de assinatura de Ruy de Almeida Barbosa, deputado estadual de base campineira, criava a Faculdade de Medicina de Campinas. Mas uma coisa é ter uma escola no papel, outra é ter o governo materializá-la com investimentos⁸.

O processo de instalação de uma Instituição de Ensino Superior em Medicina no município de Campinas¹, teve quase uma década a sua concretização, pois em 1953 o deputado estadual da base de Campinas, Ruy de Almeida Barbosa, cria a Faculdade de Medicina na cidade, porém, somente no ano de 1963 que ocorreu o marco da aula inaugural da primeira turma.

Realizando uma breve retomada na história, mais precisamente no ano de 1949, o Brasil compunha-se de apenas treze Instituições de Ensino Superior em Medicina, vale aqui ressaltar todas sendo públicas, das quais sete delas serem localizadas no sudeste do País, e, nenhuma em seu interior. O Ensino Superior no Estado de São Paulo, na oportunidade, concentrava-se apenas com a Universidade de São Paulo (USP), a qual foi criada em 1913, sendo que seu processo teve início em 1900, segundo Silva (2002), e, convém salientar, que foi a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Estado de São Paulo que esteve sempre a frente de todo processo, a qual sempre realizou diversas parcerias, com a criação de um projeto final.

¹ Município brasileiro localizado no interior do estado de São Paulo, com 796,4 km², população na década de 1950 de 152.547 habitantes e na década seguinte 219.303 habitantes

Em 1933 criou-se a Escola Paulista de Medicina, pois, a justificativa preponderante para sua criação, deve-se ao fato de que os alunos interessados para estudar precisavam concorrer/recorrer a vagas em outros estados, o que em muito justificou-se a sua criação na oportunidade.

Na cidade de Campinas, “no início dos anos 50, a cidade contava com 22 estabelecimentos de saúde, sendo quinze hospitais, três clínicas, um dispensário e três serviços oficiais de saúde pública”¹⁰. Entre os hospitais criados no período em questão, destaca-se a Santa Casa de Misericórdia, sendo o primeiro hospital inaugurado em 1876, com objetivo de controlar a epidemia de febre amarela², além de atuar como orfanato de meninas; o Hospital Sociedade Portuguesa de Beneficência ano de 1879, foi criado para que pudesse atender à colônia lusa residente na cidade; Hospital Círculo Italiani Uniti ano de 1886; atualmente Casa de Saúde de Campinas, designada para assistência a colônia italiana, além dos Hospitais Psiquiátricos, os quais foram instalados entre as décadas de 1930 e 1940, exemplificando temos o Hospital Psiquiátrico Santa Isabel.

As Instituições de Saúde de do Município de Campinas, como analisado, no período ora mencionado, eram filantrópicas e particulares. As opiniões médicas se fortaleciam na cidade, concomitantemente aumentava a preocupação da população em relação à saúde devido aos resquícios existentes da própria epidemia de febre amarela na época. Toda influência médica existente no período, bem como a da alta sociedade, gerou no decorrer da década de 1950, uma mobilização na cidade em prol da necessidade de uma Faculdade de Medicina, por um processo onde podemos identificar como sendo de interiorização do ensino. A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas, com a justificativa de proporcionar “sintonia com as demandas de uma cidade em rápido crescimento urbano e populacional”¹¹, apoiou o movimento que obteve fortalecimento em 1955, quando criou-se no período, o Conselho de Entidade de Campinas por iniciativa da Associação Comercial e do Centro de Ciências Letras e Artes (CCLA). Na oportunidade a ideia era de reunir todas as entidades locais de destaque, para que se pudesse pensar o

² A epidemia de febre amarela na cidade de Campinas, reduziu a população em um período de sete anos de 30 para 5 mil habitantes. Esta provocou o desenvolvimento médico-sanitário na cidade, além de investimentos em saneamento e a constituição do primeiro Código Sanitário do Estado, 1894, que regulamentava as atividades de combate às epidemias.

futuro da cidade, onde o Presidente da Associação Comercial, Ruy Rodriguez teve um papel fundamental como sendo o Secretário do Conselho de Entidades, assumindo a Campanha pela Criação da Faculdade de Medicina de Campinas¹¹.

A criação de uma Faculdade de Medicina em Campinas, pelo deputado estadual Ruy de Almeida Barbosa, não garantia o seu funcionamento e estruturação. No entanto em 13 de janeiro de 1958 com o objetivo de acelerar todo processo, o Conselho de Entidade de Campinas consegue a nomeação do Prof. Cantídio de Moura Campos para assumir a direção de uma Instituição, apesar da mesma ser inexistente fisicamente, mesmo assim, foi denominada como Faculdade de Medicina de Campinas. Cantídio nasceu em 21 de outubro de 1889, na cidade de Botucatu-SP, e seu falecimento deu-se em 29 de abril de 1972 na cidade de São Paulo. Graduou-se em medicina em 1912 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Exerceu o cargo de docente junto a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, onde iniciou como preparador, e, em seguida, como professor substituto e catedrático de fisiologia até o ano de 1929. Subsequentemente exerceu o cargo de cátedra de terapêutica clínica. Dentre os cargos que ocupou, destacamos o de diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo período de 1932-1935, o cargo de Secretário da Educação de São Paulo, período de 1935-1937, o de Diretor Clínico do Hospital das Clínicas da FMUSP entre 1946-1961, ainda o cargo de Vice-Reitor e ainda Reitor em exercício da Universidade de São Paulo, também foi Presidente da Academia de Medicina de São Paulo entre 1928-1929, e, Membro da Academia de Medicina de São Paulo e da Academia Nacional de Medicina.

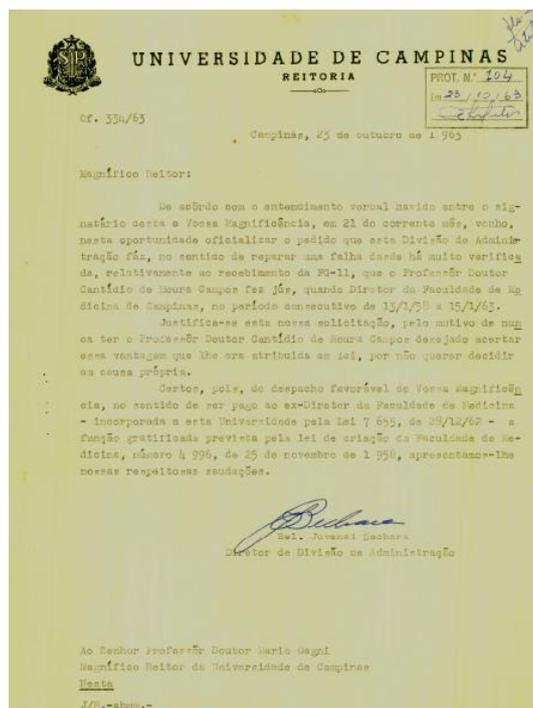


Figura 01: Processo administrativo
Unicamp. 01P-187-1963

O Processo administrativo da Universidade de Campinas - Unicamp denominado “solicitação de pagamento FG-11 ao Professor Doutor Cantídio de Moura Campos, ex-Diretor da Faculdade de Medicina de Campinas”¹³, comprova oficialmente a passagem do Prof. Moura Campos como primeiro diretor da Faculdade. Sua gestão foi considerada no estudo em questão, como *pró-tempore* à materialização da Faculdade e constituição da primeira turma. Após todo o período a frente na direção da Faculdade, o referido professor, foi nomeado primeiro reitor da Universidade de Campinas, permanecendo por oito meses, quando o mesmo solicitou ao governador para deixar de exercer o cargo.

O Conselho de Entidade de Campinas sofreu uma grande derrota em abril de 1959, quando a Comissão, presidida pelo Prof. Zeferino Vaz, nomeada pelo Conselho Estadual de Ensino Superior, percussora do atual Conselho Estadual de Educação, avaliou favorável para a criação da Faculdade de Medicina de Botucatu, ao contrário de Campinas, com a justificativa de ser.

uma questão de lógica que uma nova escola de medicina no interior paulista devesse situar-se no lado oposto a Ribeirão Preto, onde já existia uma, precisamente a que dirigia. Além disso, das quatro cidades candidatas, Botucatu era a única a possuir hospital próprio, com capacidade para 700 leitos, além de ser “boca de sertão” e epicentro de onde se podia servir tanto à Alta quanto à Baixa Sorocabana, além de alcançar com facilidade a vasta região rural do noroeste do Estado⁸.

Com essas novas derrotas, o Conselho de Entidade de Campinas, reestruturou-se no ano de 1960, logo após a saída do Prof. Zeferino Vaz, o qual encontrava-se a frente da Comissão de avaliação das Instituições de Ensino Superior em Medicina. A nomeação do patologista Roberto Franco do Amaral, a frente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas, trouxe mudanças estruturais no Conselho, viabilizando o processo de constituição da Faculdade na cidade.

No topo havia uma coordenação geral que tinha à frente, além de Franco do Amaral, o engenheiro Eduardo Barros Pimentel, delegado da Federação das Indústrias do Estado na cidade, o presidente da Associação Comercial e Industrial de Campinas Ruy Rodriguez e o presidente da associação local dos funcionários públicos, Ary de Arruda Veiga. Abaixo deles vinham 86 “combatentes” distribuídos em onze grupos de trabalho cujos líderes foram denominados “generais”. Cada grupo tinha uma tarefa a cumprir de acordo com o plano geral que era o de formular estudos jurídicos e financeiros para a instalação da faculdade, fazer o levantamento sócio-econômico da região, estabelecer contatos políticos, promover o tráfico de influência e realizar palestras de convencimento⁸.

No ano de 1961, o Governador do Estado de São Paulo, Carlos Alberto de Carvalho Pinto, fez um pedido ao reitor da Universidade de São Paulo, o professor Antônio Barros de Ulhôa Cintra, para que houvesse a constituição de um grupo de trabalho, com o objetivo primordial em estudar, e propor a criação do Núcleo Universitário em Campinas, tendo como resultado o Projeto de Lei para a criação da Unicamp. Fizeram parte desse grupo de estudos os professores: Cantídio de Moura Campos, Ruy Aguiar da Silva Leme, Paulo Emílio Vanzolini e o professor Isaias Raw. No referido estudo/projeto previa-se que a Universidade seria integrada pela Faculdade de Medicina, criada pela já referida lei de 1959.

Porém, em 28 de dezembro de 1962, o Governador do Estado de São Paulo, Adhemar Pereira de Barros, através da lei n.º 7.655 de 26/12/1962,

criou a Universidade de Campinas, como entidade autárquica, com personalidade jurídica, patrimônio próprio, além de sede e foro na cidade. A Universidade foi criada conectadamente com a Faculdade de Medicina, tendo como finalidade desde sua constituição, ministrar cursos de ensino universitário e pós-graduação, promover a pesquisa pura e aplicada, além de formar técnicos de nível médio e superior.

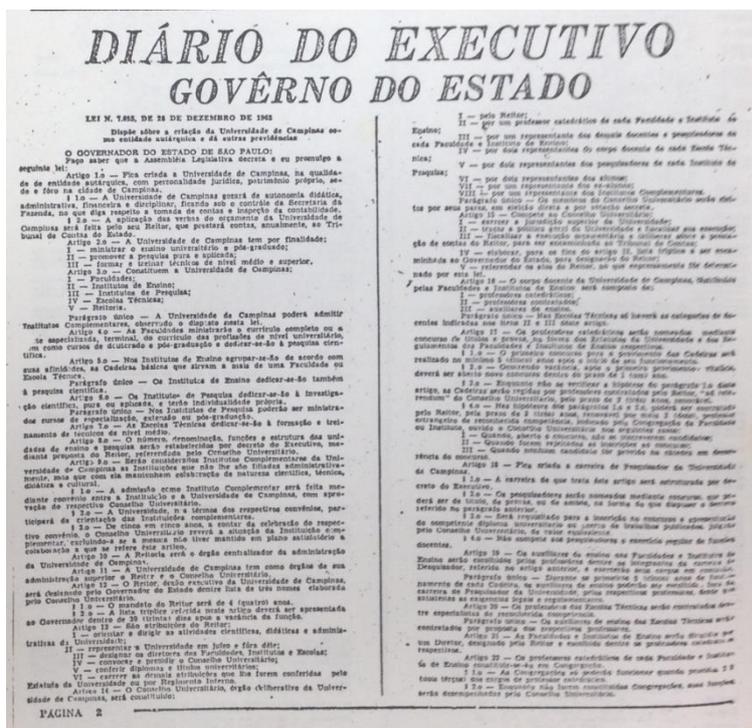


Figura 02: Diário do Executivo Governo do Estado, São Paulo, SP, n.º 284, 29 de dezembro de 1962

Em abril do ano seguinte, realizou-se o vestibular pela Universidade de Campinas, para preenchimento de cincoetas vagas da primeira turma de medicina. No primeiro vestibular, os discentes disputaram uma concorrência de 31,84 por vaga, para iniciarem sua atividade de Ensino Superior em Medicina na Cidade de Campinas. Os primeiros estudantes de medicina realizaram suas atividades acadêmicas inicialmente no antigo prédio da Maternidade de Campinas, onde atualmente Hospital São Luiz, localizado na avenida Andrade Neves n.º 863 e, as aulas obtiveram início em 20 de maio de 1963, com a aula de inauguração sendo a mesma realizada no Teatro Municipal Carlos Gomes.



Figura 03: Aula inaugural, em destaque
Prof. Cantídio de Moura Campos

O PRIMEIRO DIRETOR REPRESENTADO NA FACULDADE

O nome do professor Antonio Augusto de Almeida é de pouco conhecimento inclusive nos dias atuais na Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp, principalmente por aqueles que ingressaram após 1973¹⁷.

Para o estudo da primeira gestão administrativa da Faculdade de Ciências Médicas - FCM/Unicamp, determinou-se no trabalho, a importância de iniciação focada na pesquisa biográfica do personagem, onde conduziu a faculdade em seus anos iniciais com o Prof. Antonio Augusto de Almeida, nosso aqui “ator” principal. O passo inicial desse estudo, foi na descoberta de menções ao primeiro diretor através dos livros comemorativos de 30, 40 e 50 anos da Faculdade de Medicina da Universidade - FCM/Unicamp, incluso também o Boletim da FCM/Unicamp, o qual era um Jornal Institucional com artigos científicos temáticos, tendo entre os temas a história e saúde.

Na primeira publicação institucional pesquisada, no Boletim da FCM, foram localizados 120 volumes publicados entre os anos de 1989 até 2018; entre esses exemplares, um artigo de 2007 intitulado “o primeiro diretor

da FCM” de autoria do psiquiatra Sérgio Luiz Saboya Arruda, docente aposentado da Faculdade, o qual também fôra membro do Grupo de Estudos História das Ciências da Saúde; seu texto é a única referência da atuação ou biografia de Antonio Augusto, nos Boletins da Faculdade de Medicina - FCM.

Um nome pouco conhecido na Universidade, para aqueles que ingressaram após 1973; essa é a análise que inicia o artigo do Prof. Sérgio. O primeiro diretor atuou na Universidade desde sua criação ano de 1963 até próximo ao seu falecimento em 1975. A análise desse artigo compreende que, com a saída de Antonio Augusto da Unicamp, a sua história tornou-se esquecida perante a Faculdade. Será que essa afirmação, dada por este artigo de 2007, se confirma?

Para analisar se o primeiro diretor é de fato ausente nas questões de memória e história na Faculdade, se fez necessário realizar uma ampla busca de informações nas demais publicações existentes que foram pesquisadas e encontradas, como também, no enalço através dos corredores dos prédios de toda Instituição, e em seus monumentos. A primeira publicação encontrada sobre a história e a memória da FCM, foi através da Revista da FCM/Unicamp, edição especial referente a data comemorativa dos trinta anos de sua fundação, publicação essa de 1993; onde há uma breve menção apenas no texto sobre a história da etapa inicial da instalação da Universidade - Unicamp, tendo seu nome mencionado na contextualização do processo de criação da referida Faculdade.

Na sequência, a segunda publicação analisada, foi através do livro dos quarenta anos ano de 2004; onde em seu conteúdo, encontrou-se apenas memórias de alguns servidores e alunos, sem dedicação especial ao nosso querido personagem. Por fim, analisou-se o livro comemorativo dos 50 anos de fundação da FCM, de 2013. O livro nos apresenta menções à Antonio Augusto, no seu contexto de criação e início da Universidade, e, acrescenta duas páginas especiais, sendo uma com fragmento de seu discurso, que proferido na colação de grau da primeira turma de medicina da Unicamp, e, outra página que apresenta uma imagem em aquarela do diretor (acervo do AC/Siarq/Unicamp), ao lado de um trecho de menção sobre o Almeida, da revista Arquivos do Instituto Penido Burnier, publicada em 1975. De uma autoria desconhecida, o texto resume-se em doze linhas ao diretor: suas

relações pessoais e relações com seus colegas, as quais demonstram que o mesmo era tido como uma pessoa focada apenas em suas atividades, e que demonstrava não ser de fácil compartilhamento de opiniões e sugestões.

Para que obtivéssemos mais informações da memória em questão em prol da pesquisa sobre o primeiro diretor da FCM, realizou-se uma busca incansável, caminhando pelos prédios e salas da Faculdade, com o objetivo que pudéssemos localizar algum monumento ou sala com seu nome ou algo em homenagem ao professor Almeida. Contudo, no hall de entrada da diretoria da Faculdade de Medicina - FCM, obtivemos a existência de três quadros em destaque pintados em tinta a óleo, que se encontram ao lado dos demais quadros das fotografias de todos os ex-diretores da Faculdade. Dentre os mesmos, existe também a de Antonio Augusto. Nos três quadros encontrados, trata-se das imagens de três professores falecidos da Faculdade: Antonio Augusto de Almeida, Gabriel Oliveira Porto e Oswaldo Freitas Julião, onde apenas o primeiro foi diretor da faculdade. Dessa forma, realizou-se uma pesquisa na busca do processo de aquisição das obras de arte, para que fosse possível melhor compreender todo o contexto da homenagem ora recebida a esses professores, como também qual foi o diferencial dos demais na Instituição.

No processo da Unicamp datado do ano de 1975, denominado “Pagamento ao Sr. Aldo Cardarelli, referente à execução de três quadros pintados a óleo de Professores Eméritos da FCM”, foi o que nos pode servir como direcionamento da pesquisa. Tela e moldura do artista campineiro Aldo Cardarelli, as quais foram adquiridas em 1975, logo após uma solicitação do diretor da época, Prof. José Lopes de Faria, com objetivo principal na constituição de uma galeria de artes dos docentes denominados pelo diretor da época, como “professores eméritos da FCM/Unicamp”, solicitação essa aprovada pelo reitor Prof. Zeferino Vaz; onde foram desembolsados na oportunidade, vinte e um mil cruzeiros, e, todas as obras foram entregues no dia 01 de outubro do ano de 1975. Com uma análise nos documentos encontrados, descobriu-se que a galeria não teve sua continuidade, e sim, encerrando-se com os três professores homenageados no ano de 1975.



Figura 04: Quadro Antonio Augusto de Almeida, Pintura de Aldo Cardarelli. Fotografia de Mario Moreira

Após avaliar as publicações e monumentos existentes na Faculdade, foi possível retornar ao texto do Prof. Saboya, sobre amnésia da história e memória do primeiro diretor da FCM desde o ano de 1973. A escassez de tais informações, podemos afirmar que teve sua vertente interrompida, onde após diversas arguições em documentos, descobriu-se a publicação do livro comemorativo dos cinquenta anos da Faculdade de Medicina - FCM. Porém, uma análise mais esmiuçada de sua gestão, bem como: biografia e ações realizadas nas áreas do ensino, pesquisa e extensão, não se encontra registros em tais publicações, da mesma forma que foi possível observar a não existência de homenagens exclusivas as suas ações, em monumentos em toda Instituição.

Dentre as publicações existentes encontradas, a que nos viabiliza compreender parte da biografia do primeiro diretor, é o artigo de Arruda (2007), com a contextualização sobre data nascimento e seu falecimento, como também todas as informações sobre sua graduação, pós-graduação e uma síntese de sua atuação, conectadamente à comissão responsável pela organização da Unicamp, no ano de 1965. Na pesquisa em questão, há de se fazer uma ressalva da importância de um estudo mais aprofundado da biografia, como também de toda a sua atuação acadêmica, bem como a importância das influências que a sua trajetória pode nos proporcionar, tal como suas ações de gestão à frente da direção da Faculdade de Medicina da Universidade - FCM/Unicamp.

ARQUIVO CENTRAL DA UNICAMP E CENTRO DE MEMÓRIA E ARQUIVO DA FCM/UNICAMP

O Estudo sobre o Arquivo Central da Unicamp/Siarq e o Centro de Memória e Arquivo da FCM foi apresentado na revista científica da Revista de Gestão e Avaliação Educacional (REGAE)²², no ano de 2019, como parte para obtenção da aprovação na qualificação.

O PAPEL DOS ARQUIVOS PESSOAIS E INSTITUCIONAIS PARA O ESTUDO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: UM ESTUDO SOBRE OS DIRETORES DA FCM/UNICAMP

<http://dx.doi.org/10.5902/2318133834219>

Ivan Luiz Martins Franco do Amaral¹
Everardo Duarte Nunes²

Resumo

Neste artigo tem-se como principal objetivo discutir a questão dos arquivos pessoais e institucionais para os estudos de gestões administrativas, tomando como estudo de caso a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas - FCM/Unicamp -, no período de 1963-2014. A proposta geral da pesquisa foi a de realizar um estudo histórico-social da trajetória das gestões dos diretores durante cinquenta anos, tendo como principal referência os conceitos de gestão e gestão institucional, abrangendo o estudo de quatorze gestões. Além de destacar a conceituação sobre arquivos institucionais e pessoais, apresenta-se uma breve história dos arquivos e da arquivística brasileira e de como está organizado o Setor de Arquivos da Unicamp e do Centro de Memória e Arquivo da FCM/Unicamp. Também são apresentadas as fontes e os tipos de documentos utilizados na pesquisa sobre as gestões dos diretores.

Palavras chave: arquivos; arquivos pessoais; arquivos institucionais; gestão administrativa; gestão documental.

THE ROLE OF PERSONAL AND INSTITUTIONAL ARCHIVES FOR THE STUDY OF ADMINISTRATIVE MANAGEMENT: A STUDY ABOUT FCM / UNICAMP DIRECTORS

Abstract

The main objective of this article is discussing the role of personal and institutional archives for administrative management studies, taking the Faculty of Medical Sciences, University of Campinas - FCM/Unicamp - as a case study, period 1963-2014. The general proposal of the research is executing a historical-social study of the management directors' trajectory during fifty years, having as main reference the concepts of management and institutional management, covering the period of 14 administrations. In this article, in addition to highlighting the concept of institutional and personal archives, a brief history of archives and the Brazilian Archives' history is presented, as well as how Unicamp's Archives sector and Memory and Archive of FCM/Unicamp are organized. It is also presented the sources and types of documents used in the survey about directors' management.

Key-words: archives; personal archives; institutional archives; administrative management; document management.

¹ Universidade Estadual de Campinas, Brasil. E-mail: ivanfa@fcm.unicamp.br.

² Universidade Estadual de Campinas, Brasil. E-mail: evernunes@uol.com.br.

Introdução

Neste artigo tem-se como centralidade discutir a questão dos arquivos pessoais e institucionais para os estudos de gestões administrativas, tomando como estudo de caso uma instituição de ensino superior: a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas - FCM/Unicamp - no período de 1963-2014.

A proposta geral da pesquisa foi a de realizar um estudo histórico-social da trajetória das gestões dos diretores durante cinquenta anos, tendo como principal referência os conceitos de gestão e gestão institucional, abarcando o estudo de 14 gestões (Amaral e Nunes, 2017).

Além dos aspectos específicos dessas gestões, buscou-se cotejá-las com as questões referentes ao ensino superior das ciências da saúde e das principais questões sociais, políticas, econômicas e sanitárias no período em que desenvolveram suas atividades.

A metodologia geral do trabalho assenta-se na pesquisa social de Bruyne et al (1977) conhecida como metodologia quadripolar. Nela os autores procuram trabalhar de forma interdependente quatro polos: epistemológico, teórico, morfológico e técnico. Assim, além de destacar a conceituação sobre arquivos institucionais e pessoais é apresentada uma breve história dos arquivos e da arquivística brasileira e de como está organizado o Setor de Arquivos da Unicamp e do Centro de Memória e Arquivo da FCM/Unicamp. Também são apresentadas as fontes e os tipos de documentos utilizados na pesquisa sobre as gestões dos diretores.

Arquivo: conceito e história

Compreendemos como arquivo a "acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para consecução de seus objetivos, visando a utilidade que poderão oferecer ao futuro" (Paes, 2004, p.16). Este conceito traduz o que o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística propõe: "Arquivo é o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, independente da natureza do suporte" (Arquivo Nacional, 2004, p. 27).

Se voltarmos a atenção para as origens da palavra verificamos que arquivo "provém do grego *archeion* que seria composto de dois elementos: *arkhaios*, antigo e *epo*, dispor, ter cuidado, e deu origem em latim *archivum*. Arquivo significaria, portanto, a arrumação de coisas antigas" (Hora; Saturnino; Santos, 2010, s.p). Seguiremos os passos deste trabalho que oferece detalhada descrição sobre a história dos arquivos, situando suas origens na pré-história.

Segundo Hora; Saturnino; Santos (2010), "em Roma, a administração do Império levou a grandes progressos no domínio dos arquivos". Lembram que "Certos critérios usados na organização de Arquivos pelos Romanos continuam ainda hoje válidos. Criaram uma rede de serviços e um corpo profissional especializado" (s.p).

Os autores seguem pela Idade Média quando apontam que houve declínio na Arquivologia, centralizada pela igreja “que detinha os saberes e monopolizava todo o conhecimento da época”, e criaram os denominados “arquivos eclesiásticos, onde as informações contidas ficavam à mercê de religiosos (abades, frades, padres, monges e principalmente o papa)” (Hora; Saturnino; Santos, 2010, s.p).

Passando pela idade moderna citam que foi importante o papel do renascimento e da reforma protestante na arquivologia, mas “com o advento do Iluminismo, os arquivos passaram a ser fontes de pesquisa relacionadas com a história, onde os documentos guardados serviam como instrumentos de pesquisa, para tentar explicar fatos decorrentes da época, dando origem aos documentos de cunho acadêmico” (Hora; Saturnino; Santos, 2010, s.p).

Com a idade contemporânea ocorreu uma grande explosão documental e informacional com o advento de novas tecnologias (computador, redes de TV, etc.). E na arquivística, o que acontece? “Surgem novos princípios e a população começa a ver a ciência de uma maneira que poderia resolver os problemas informacionais, organizando-os e conservando-os, objetivando sua difusão de forma clara e eficaz para toda a população” (Hora; Saturnino; Santos, 2010, s.p).

O universo dos arquivos pessoais e institucionais

Além da questão conceitual, outro ponto a ser destacado refere-se à classificação dos arquivos, ou seja, a distinção entre arquivos públicos e privados, pessoais e institucionais. Esse tema tem sido abordado por diversos estudiosos como Rios e Cordeiro (2010); Sousa (2003); Sousa (2006), dentre outros. Sousa (2003) aponta que a

A classificação, até as primeiras décadas do século XIX, era elaborada sem levar em conta a origem administrativa dos documentos. Destaca, ainda, como importante, que foi somente em 1841, por meio de uma circular, que se registrou a noção de “fundos de arquivos”, [objetivando] agregar os documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos (documentos) provenientes de um corpo, de um estabelecimento, de uma família ou de um indivíduo, e dispor segundo uma determinada ordem os diferentes fundos [...]. E para evitar qualquer tentativa de constituição de coleções, a circular acrescentava: (...) os documentos que apenas têm relação com o estabelecimento, um corpo ou uma família não devem ser confundidos com fundo desse estabelecimento, desse corpo ou dessa família. (p. 248)

Para Souza (2003), “os princípios de respeito aos fundos e o da ordem original são as bases que fundamentam toda a atividade de classificação, da mesma forma [...] a Teoria das Três Idades estabelece as estratégias de avaliação” (p. 250). As extensas e detalhadas e importantes reflexões realizadas por Sousa (2006) não são aqui retomadas, mas conservamos uma passagem que nos parece fundamental para os nossos propósitos:

A elaboração desses dois princípios [origem e ordem interna] marca, sem dúvida nenhuma, uma mudança significativa nos fundamentos e nas práticas de classificação de documentos arquivísticos. Podemos dizer que tem início a passagem da classificação com bases intuitivas para uma outra sedimentada no caráter e nas especificidades do objeto. Em

comparação com as práticas anteriores, que se ancoravam em aspectos não representativos dos documentos arquivísticos, percebemos um grande avanço. O caminho, entretanto, é um pouco mais longo. As lacunas ainda existem. (Sousa, 2006, p.138)

Segundo a legislação brasileira, lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, os arquivos privados são "os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades" (capítulo III, art. 11), e os arquivos públicos "são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias" (capítulo II, art. 7).

A constituição prevê, ainda, a viabilidade de arquivos privados pertencerem aos órgãos públicos, em caso de avaliação de interesse, com a ressalva da necessidade de autorização do proprietário do acervo (Presidência da República, 1991).

As descrições apresentadas esclarecem apenas a distinção entre os dois arquivos, sem informações sobre as semelhanças e mesmo sobre o caráter híbrido de conjuntos documentais, ou seja, contendo fundos pessoais e institucionais fisicamente no mesmo local. Sobre esta questão é interessante acompanhar como foi analisada pelo arquivista Terry Cook no Seminário Internacional de Arquivos Pessoais, realizado na década de 1990. Segundo Cook (1998) as semelhanças dos arquivos são as seguintes:

Primeiro, ambos são artefatos de registro derivados de uma atividade; os arquivos são evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional, e, por conseguinte oficial, seja individual, e, portanto pessoal. Diversamente de livros, programas de televisão ou obras de arte, eles não são intencionalmente criados por motivos próprios, com a possível exceção dos textos autobiográficos, mas surgem, antes, dentro de um contexto, como parte de alguma outra atividade ou necessidade, seja pessoal, seja institucional. Em segundo lugar, os arquivistas, tanto nos arquivos públicos quanto nos pessoais, frequentemente usam procedimentos técnicos e métodos práticos semelhantes, em termos de como acessam, descrevem, armazenam fisicamente e conservam os arquivos e os colocam à disposição para fins de pesquisa. (p. 131)

Os fundos privados e institucionais apresentam características que os aproximam e distanciam. Os cinco princípios da arquivística nos auxiliam a diferenciar os documentos de arquivos aos de outra natureza, como o museológico e de biblioteca. Nesse sentido, Ducrot, (1998) lembra que "os documentos não devem ser tratados isoladamente segundo um quadro metódico, e sim ficar agrupados em seus fundos de origem, sendo o fundo o conjunto de arquivos que provêm de uma mesma entidade - repartição, órgão público, pessoa, família, empresa etc." (p. 154).

Exemplo de estudo que marca a diferença dos arquivos pessoais e institucionais é trazido por Santos (2012) em sua pesquisa sobre *Uma abordagem arquivística: os documentos de um laboratório das ciências biomédicas*. Nesse estudo situa a existência de arquivos pessoais nos laboratórios institucionais ordenados com documentos da instituição, quando conservados no mesmo espaço.

Analisando, ainda, a pesquisa de Santos (2003), observa-se a existência de documentos que mesmo apresentando grande pessoalidade podem ser considerados como institucionais, em decorrência de sua origem. Como exemplo podem ser citados os cadernos de laboratório dos pesquisadores, estes são utilizados na instituição para realização de uma atividade pessoal, mas que são organizados como pertencentes ao laboratório de pesquisa, portanto, institucionais.

Breve história da formação dos arquivos brasileiros

A arquivologia no Brasil se iniciou na década de 1960. Antes “os arquivos funcionavam como simples depósitos, sem nenhum controle, sem nenhuma metodologia, ou seja, o tratamento aos arquivos era totalmente empírico” (Silva, 2002, p. 14). Segundo Silva (2002), José Honório Rodrigues, diretor do Arquivo Nacional, em 1958, constatou a desordem dos arquivos por “falta de uma política orientada de recolhimento e de seleção e eliminação dos documentos” (p. 16), tendo listado uma série de medidas para melhorias no Arquivo Nacional; investimento em recursos humanos com maior capacitação, melhorias na infraestrutura dos prédios para combate a fogo, umidade, altas temperaturas e catástrofes naturais. Lopes, (apud Silva, 2002), anota que, “inauguram, com José Honório, na década de 1960, o costume de pensar e produzir conhecimentos sobre o assunto”.

Os estudiosos estabelecem que a mudança na política arquivística no Brasil iniciou-se após o relatório do diretor do Arquivo Nacional, no final da década de 1950 e chega ao seu ponto mais alto no início da década de 1960. Neste período o país recebeu a visita de dois ilustres arquivistas: Schellenberg e Boullier. Segundo eles, a situação arquivística brasileira era bastante precária e empirista, necessitando de transformações praticamente em todos os pontos colocados em pauta. Para Silva (2002), esses arquivistas deixaram “lições importantíssimas sobre a classificação moderna e o arranjo dos documentos, sobre as concepções de fundo adotadas internacionalmente e sobre a aplicação do Princípio da Proveniência” (p. 28). Das lições deixadas ressalta-se “a ideia de que os arquivos constituiriam uma unidade indivisível do patrimônio documental nacional, a qual acarretaria numa unidade e indivisibilidade da administração do Estado” (Silva, 2002, p. 29) e a formação, em 1961, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de uma Comissão responsável pelo projeto e constituição do Sistema Nacional de Arquivos no Brasil.

A análise da indivisibilidade e a constituição de um sistema arquivístico colocaram o Arquivo Nacional como responsável por todos os arquivos da União pela política de organização, transferência, seleção e guarda dos mesmos, favorecendo a conservação do patrimônio documental do país.

O fortalecimento da arquivologia brasileira apareceu na década de 1970 com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, a realização do 1º Congresso Brasileiro de Arquivologia, a publicação da revista *Arquivo & Administração*, publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros, a criação dos cursos universitários de Arquivologia e a regulamentação da profissão de arquivista e técnico de arquivos no país; porém melhorias ainda eram necessárias. Silva (2002) relata que, em 1978, Durchein, consultor francês em arquivologia, avaliou a estrutura e política arquivística do Brasil e constatou a necessidade de melhorias na estrutura arquitetônica dos arquivos, realização

6

de uma reforma na grade do curso superior em arquivística, e a criação de um Sistema Nacional de Arquivos. Este sistema, denominado Sinar, foi criado somente em 1991, pela lei n. 8.159, com objetivo de programar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação, e ao acesso aos documentos de arquivo.

As universidades e os arquivos

Conjuntamente ao processo de identificação arquivística no Brasil, pelo Arquivo Nacional, na década de 1980 “as universidades se movimentavam para a organização de seus próprios arquivos a reboque das instituições públicas de uma forma geral, que vinham definindo políticas de gestão de documentos” (Martins, 2012, p. 47). Anterior a esse momento constata-se uma incipiente organização tentando resgatar documentos administrativos e arquivos pessoais.

Na década de 1990 houve impulso à Arquivística, pois, além da criação do Sistema Nacional de Arquivos, também foi constituído o Conselho Nacional de Arquivos - Conarq -, que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados. O art. 26 da lei n. 8.159/91 foi regulamentado pelo decreto n. 4.073, de 3 de janeiro de 2002. De acordo com esse dispositivo legal, o Sinar tem por finalidade implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação e o acesso aos documentos de arquivos.

Integram o Sinar, que tem como órgão central o Conarq, o Arquivo Nacional; os arquivos do Poder Executivo Federal; os arquivos do Poder Legislativo Federal; os arquivos do Poder Judiciário Federal; os arquivos estaduais dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; os arquivos do Distrito Federal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; os arquivos municipais dos poderes Executivo e Legislativo.

Destaque-se como evento importante no início da década de 1990 a realização em novembro de 1991, na Unicamp, em Campinas, São Paulo, do 1º Seminário Nacional de Arquivos Universitários, considerado um marco na história dos arquivos universitários no Brasil. O evento fez parte das atividades realizadas na universidade em comemoração aos seus vinte e cinco anos de fundação, sob patrocínio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e do Banco do Brasil. Durante a realização do seminário foi inaugurado o novo edifício do Arquivo Central da Unicamp, com objetivo de preservação, difusão e normatização arquivística na Universidade.

No discurso de abertura do seminário, o reitor da Unicamp salientou a importância do evento para todas as universidades do país, para conscientização e preservação correta de seus acervos documentais, bem como

não tinha em mente beneficiar apenas a comunidade interna, matéria que representa por si só um objetivo nobre e ambicioso, tratando-se de um assunto sensível como é aquele de prover nossos pesquisadores e estudantes dos documentos necessários à sua atividade. [...] O objetivo maior é o de implantar uma mentalidade arquivológica em nossas universidades, como forma de preservar suas descobertas administrativas, pondo ao alcance da comunidade nacional e do administrativo público as propostas de solução engendradas por nossos pesquisadores. (Vogt, 1991, p. 9)

De forma detalhada, Jilek (s/d) citado por Belloto (1989) assim se expressa sobre as funções fundamentais dos arquivos universitários:

1- reunir, processar, divulgar e conservar todos os documentos relativos à administração, histórica e ao funcionamento/desenvolvimento da universidade; 2- avaliar e descrever estes documentos tornando possível seu acesso, segundo as políticas e procedimentos elaborados especificamente para estes fins; 3- supervisionar eliminação, ter o controle da aplicação das tabelas de temporalidade, a fim de que nenhum documento de valor permanente seja destruído. Disto tudo depreende-se seu segundo grande papel que é o de: 1- fornecer aos administradores as informações requeridas ao menor prazo possível; 2- fazer as demandas de informação e de pesquisa requer-se do serviço de arquivos universitários que proponha e coordene a uniformização de métodos de classificação de documentos dentro das unidades universitárias com afinidade de recuperação acelerada dos documentos necessários aos administradores. (p. 23)

A história dos arquivos da Unicamp e da Faculdade de Ciências Médicas

O espaço responsável pela normatização dos documentos institucionais recebidos e expedidos pela Universidade Estadual de Campinas e que busca coordenar a política e a gestão arquivística na universidade, visando agilização da informação, eficiência administrativa e a preservação da memória institucional é o Sistema de Arquivos da Unicamp - Siarq -, coordenado pelo Arquivo Central.

Contar a história da criação do Arquivo Central da Universidade é importante, pois os arquivos que estão sendo analisados na pesquisa das administrações da Faculdade, além dos demais acervos localizados no Centro de Memória e Arquivo da FCM/Unicamp, contemplados neste trabalho, recebem desde a sua criação orientações normativas do Sistema de Arquivos da Unicamp.

Lembramos que os arquivos dos fatos antecedentes à criação da Universidade, compostos pela comissão organizadora, além do acervo da Secretaria Geral da Faculdade de Ciências Médicas das décadas de 1960 a 1990, e pessoal do primeiro Diretor da Faculdade foram organizados e são conservados pelo Siarq.

Em um trabalho detalhado de reconstituição histórico-documental, Neire do Rossio Martins (2012) fornece importantes subsídios sobre a história dos arquivos da Unicamp. Relata que o Arquivo Edgard Leuenroth, reunindo o acervo desse militante anarquista, foi doado à Universidade por intervenção de professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e viabilizou a conservação de documentos da esquerda, num momento de plena ditadura militar. Posteriormente, na década de 1980, foi criado o Centro de Memória da Unicamp - CMU - como "órgão interdisciplinar destinado a promover estudos e pesquisas a partir de fundos documentais e de bibliotecas especializadas" (Martins, 2012, p. 34).

Conforme Martins (2012) a criação do Arquivo Central da Unicamp está inserida no período de modernização das bibliotecas e constituição de acervos pessoais pela Instituição, sendo que foi "no final da década de 1980 e durante a década de 1990 [é] que os projetos de arquivos de universidades tomaram forma" (p. 50).

8

A constituição do primeiro espaço destinado à preservação da documentação e constituição de um lugar de memória ocorreu em outubro de 1983, quando foi instalado o Centro de Informação e Difusão Cultural - Cidic -, como órgão complementar subordinado à Reitoria, conforme previsto nos estatutos da Universidade.

A constituição dos setores de arquivos na FCM/Unicamp

Antes de apresentarmos como se constituiu o setor de arquivos da FCM/Unicamp, faremos rápido percurso sobre as origens da Faculdade de Medicina.

As origens dos debates sobre a criação de um curso de graduação em Medicina em Campinas remontam a década de 1950, anterior à criação da Unicamp. Criado em 1958, na qualidade de instituição de ensino superior pela lei n. 4.966, de 25 de novembro de 1958, iniciou definitivamente suas atividades em 20 de maio de 1963, quando foi proferida a aula inaugural. A Universidade Estadual de Campinas, entretanto, instalou-se definitivamente somente em 1965, pela comissão organizadora, com o professor Zeferino Vaz na presidência. Após a instalação da Unicamp a Faculdade de Medicina de Campinas passou a integrar a Unicamp. Em 1969, pelo decreto n. 52.255, de 30 de julho de 1969, o nome da Faculdade foi alterado para Faculdade de Ciências Médicas. As atividades iniciaram-se provisoriamente nas dependências da Maternidade de Campinas, onde permaneceu até 1965, quando houve um acordo entre as direções da Universidade Estadual de Campinas e a Santa Casa de Misericórdia, para utilização de um espaço específico da Santa Casa com a finalidade de implantar um local para treinamento clínico e cirúrgico dos alunos de graduação. Nessa instituição a Faculdade permaneceu até a construção do Hospital de Clínicas da Unicamp no campus de Barão Geraldo, no ano de 1986.

A preocupação com a conservação documental na FCM data de 1990, portanto, muitos anos após a sua constituição como instituição de ensino. Essa preocupação foi intensificada a partir do ano de 2003, com a realização de uma gestão documental de emergência realizada pelo Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. Esta gestão ocorreu junto ao Departamento de Medicina Legal extinto em 2001, resultando num total de 700 caixas de papéis, equipamentos, materiais biológicos, provas de crime, etc., cujos trabalhos foram finalizados em 2005 e destinados ao Arquivo Setorial da FCM.

Durante as comemorações dos 40 anos da FCM da Unicamp em 2003, surgiu nova preocupação com a preservação da memória da instituição. Esta reflexão, revisão acerca da história da Faculdade, e das pessoas que a formaram, tiveram como resultado ações isoladas de captação e manutenção de acervos da memória histórica e científica de diferentes áreas da FCM. Além disso, avaliou-se a necessidade de aglutinar em um único polo essas atividades de promoção da memória institucional, resultando na submissão de projeto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, na tentativa de financiamento para construção de um Centro de Documentação na Faculdade, mas que não foi aprovado.

Em 2006, com a nomeação de uma Comissão Setorial de Arquivos, pelo diretor da FCM da Unicamp, iniciaram-se ações de orientação, conscientização e participação dos servidores e demais colaboradores da instituição, os quais produzem e gerenciam documentos institucionais, visando o trabalho de gestão documental.

O trabalho educativo em gestão documental possibilitou na Faculdade a correta realização dos ciclos documentais e a avaliação, com base na tabela de temporalidade, resultando na eliminação de documentos acumulados e correta conservação de documentos permanentes que antes estavam armazenados em locais não adequados - porão, sótão -, que propiciavam a perda do patrimônio documental da instituição.

Em conjunto ao trabalho educativo em gestão documental, a Comissão Setorial de Arquivos avaliou a existência de acervos permanentes de laboratórios, setores administrativos, ensino e de extensão que estavam preservados em múltiplos lugares dificultando o acesso à pesquisa e gerenciamento de sua conservação. Em resposta a essa situação, a Comissão conseguiu, por meio da Diretoria da Faculdade, a criação, em 2006, de um Centro de Memória e Arquivo, tendo como objetivo inicial centralizar e conservar o acervo Institucional, bem como promover a criação de um grupo de discussão e estudo em História das Ciências da Saúde com o objetivo de promover o desenvolvimento de um campo de atividades didáticas, de pesquisa e de extensão relacionado aos estudos históricos das ciências da saúde.

O Regulamento do Centro de Memória foi aprovado na oitava reunião da Congregação da FCM de 2009, deliberação 504/2009. No segundo artigo do regulamento são apresentados os seus objetivos gerais:

I- Desenvolver uma política de aperfeiçoamento das atividades arquivísticas, compatível com as necessidades de agilização da informação e de eficiência administrativa e acadêmica; II- Promover a interação e a inter-relação das áreas responsáveis pela custódia de documentos considerando a integração das diferentes fases da gestão documental; III- Assegurar condições de conservação, proteção e acesso ao patrimônio documental, na defesa dos interesses da Universidade e dos direitos da comunidade acadêmica; IV- Preservar a memória da Faculdade, protegendo o seu acervo arquivístico, para servir como referência, informação, prova ou fonte de pesquisa científica; V- Integrar o Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas, conforme Deliberação CONSU A-8/1995. (Deliberação da congregação da FCM/Unicamp n. 504, 2009, p. 4)

O regulamento do Centro de Memória e Arquivo da FCM observa a preocupação com a preservação e gerenciamento dos arquivos institucionais nos três ciclos documentais e desde a formação da Comissão Setorial de Arquivos são realizados cursos em gestão documental para os secretários e demais colaboradores da Faculdade.

A preservação dos arquivos pessoais localizados nas salas e laboratórios de professores é um resultado do trabalho de orientação em gestão documental, porém os arquivos pessoais de docentes e demais colaboradores doados à instituição, após aprovação, são integrados ao patrimônio da Faculdade.

O CMA/FCM ocupa um espaço físico de 400m² distribuídos da seguinte forma: área de recepção, atendimento ao pesquisador e exposição, área do acervo histórico, sala do Grupo de Estudos História das Ciências da Saúde, espaço para conservação e processamento técnico da documentação. Os documentos preservados no CMA/FCM apresentam dois históricos de destinação, a doação de acervos pessoais localizados fora da Faculdade, pertencentes, principalmente, a professores. Este processo de doação inicia-se com a carta de intenção de doação emitida pelo titular do acervo à Instituição;

posteriormente é constituído um grupo de trabalho nomeado pelo diretor da Faculdade, constituído por especialistas nas áreas de arquivologia, história, ciências da saúde e biblioteconomia para avaliação se o conjunto documental está de acordo com os objetivos do CMA/FCM.

Os acervos que constituíram arquivos pessoais de professores, doados à Faculdade foram os do professor Bernardo Beiguelman, responsável pela criação do Departamento de Genética Médica na Universidade e da Genética Molecular no país, do professor Mario Mantovani, responsável pela constituição da Liga do Trauma e disciplina do trauma na Universidade, além de superintendente do Hospital de Clínicas da Unicamp quando da sua inauguração. Os conjuntos documentais destes professores possibilitam a compreensão das suas trajetórias enquanto docentes, pesquisadores, administradores, gestores, médicos; trazem, também, fragmentos de suas relações familiares. Nesta reconstituição dos acervos pessoais destacam-se cópias e originais de documentos recebidos e expedidos no período à frente de cargos na instituição - diretor, reitor, pró-reitor, entre outros -, obras como pesquisador - livros, relatórios do laboratório, entre outros -, e como docente: caderno de disciplinas, anotações de aulas, entre outros. Estes documentos tangenciam o pessoal e o institucional, porém em decorrência de comprovarem as atividades do titular do acervo são mantidos como fundo pessoal, apresentando a indicação no inventário das unidades de procedência.

Os arquivos localizados nas secretarias da Faculdade que passaram pelo trabalho de gestão documental é outro modelo de documentação preservada no setor. Neste caso são transferidos ao CMA/FCM arquivos predominantemente institucionais, documentos permanentes das secretarias dos departamentos, graduação, pós-graduação, centros e núcleos de pesquisa e demais setores administrativos da Faculdade. Os documentos permanentes preservados representam atividades fins de cada setor da Instituição, sendo que a sua produção e guarda estão previstas na tabela de temporalidade.

Nos conjuntos transferidos das áreas da Faculdade é apresentada uma particularidade com relação aos documentos de laboratórios. São espaços caracterizados como locais de produção de conhecimento, pesquisa e ensino pelos docentes, técnicos de laboratórios, discentes de graduação e pós-graduação e demais colaboradores, que produzem arquivos com as atividades meio e fins do setor, tais, como livro de registro de pesquisa, resultados de experimentos, programa de disciplinas, contratos de pesquisa com instituições de financiamento, entre outros. Muitas vezes junto com os arquivos institucionais destes laboratórios são encontrados arquivos pessoais dos professores que foram supervisores dos laboratórios; estes documentos são uma extensão dos arquivos encontrados em suas residências que refletem tanto as trajetórias universitárias como pessoais, tais como: certificados de participação em bancas de pós-graduação, correspondências expedidas em cargos na reitoria, correspondências familiares, entre outros.

Os conjuntos documentais dos laboratórios que passaram pelo trabalho de gestão documental e atualmente estão preservados no CMA/FCM, estão ordenados sob dois fundos arquivísticos; o institucional - denominação do laboratório e o pessoal - denominação do professor supervisor dos laboratórios. Até o momento temos os

seguintes conjuntos documentais: Anatomia Patológica: prof. José Lopes de Faria; Junção Neuromuscular: prof. Oswaldo Vital Brazil; Comunicação e Educação em Saúde: profa. Solange L'Abbate; Centro de Investigação Pediátrica: prof. José Martins Filho; Fisiologia de Órgãos: prof. José Francisco Figueiredo.

A identificação dos arquivos dos diretores

Os documentos que foram utilizados na pesquisa são: processo de vida funcional Unicamp dos diretores, relatório trienal de docente, processo administrativo de convênios, entrevistas publicadas em periódicos e transcritas nos centros de documentação, portarias do Reitor, discursos de paraninfos dos diretores, notícias publicadas na imprensa, biografias e autobiografias, relatório de gestão dos Reitores, correspondências recebidas e expedidas dos reitores e diretor da FCM, processo Unicamp de regulamentação de cursos, além dos memoriais e relatórios de gestão dos Diretores.

Os acervos pesquisados foram pessoais e institucionais. Os acervos pessoais pesquisados foram: Antonio Augusto de Almeida, localizado no Arquivo Central/Unicamp, José Lopes de Faria e José Martins Filho, localizados no CMA/FCM, Luiz Sergio Leonardi, localizado na residência.

Os documentos-base da pesquisa desde o início foram os memoriais dos diretores e os relatórios de gestão entregues ao reitor da Universidade no término de seus mandatos. Os memoriais pelas suas particularidades - informações pessoais - deixam-nos com uma dúvida, ou seja, seriam pessoais ou institucionais? Este questionamento não encontra uma resposta única, pois quando os memoriais foram apresentados à comissão de corpo docente junto à instituição, como exigência para contratação, concursos de títulos e mudança de regime, os mesmos deixaram de ser pessoais e tornaram-se institucionais, por representarem uma atividade da instituição e da docência. De outro lado, o mesmo memorial entregue na instituição, quando apresentado como cópia guardada com o titular do documento; faz parte de uma atividade pessoal, entrando no fundo pessoal do seu autor.

Um balanço geral dos documentos levantados das catorze gestões mostra que não foram encontrados quatro relatórios de gestão e seis memoriais. Para solucionar este problema foram pesquisados os fundos pessoais dos diretores que estão preservados na Universidade e encaminhado um ofício aos ex-diretores para auxílio dessas lacunas.

O acervo do prof. Antonio Augusto de Almeida foi doado pelos familiares após a morte do professor: documenta sua trajetória na docência, além de manuscritos dos primeiros anos da Faculdade. No segundo caso os documentos pessoais foram organizados junto com os institucionais localizados no laboratório do prof. José Lopes de Faria, no Departamento de Anatomia Patológica, no acervo pessoal do prof. José Martins Filho que estava reunido em conjunto com o acervo institucional do Centro de Investigação Pediátrica. Por último, o do prof. Sérgio Leonardi viabilizou o acesso de cópias de documentos existentes em sua residência, em resposta à nossa solicitação.

Entre os documentos institucionais consultados destacam-se: Fundo Secretaria Geral - Arquivo Central da Unicamp/Siarq -, processos vida pessoal e administrativos (Arquivo Central/Unicamp), fundo Comissão de Corpo Docente - Centro de Memória FCM. No quadro 1 apresentação a relação completa dos fundos consultados.

Quadro 1 -

Tabela de fundos consultados para estudo de cada gestão.

Diretor	Fundos institucionais	Fundos pessoais	Documentos particulares
Antonio Augusto de Almeida	Secretaria Geral, processos administrativos (vida pessoal e convênios).	Antonio Augusto de Almeida	
Silvio dos Santos Carvalho	Secretaria Geral, processos Administrativos (vida pessoal e convênios)		
José Aristodemo Pinotti	Comissão de corpo docente		
José Lopes de Faria	Processos administrativos (vida pessoal e convênios)	José Lopes de Faria	
Luiz Sergio Leonardi			Relatório de Gestão e Memorial
Antonio Frederico Novaes de Magalhães	Processos administrativos (vida pessoal e convênios)		
José Martins Filho	Processos administrativos (vida pessoal e convênios)	José Martins Filho	
Luis Alberto Magna	Processos administrativos (vida pessoal e convênios)		
Fernando Ferreira Costa	Comissão de Corpo Docente, Diretoria/FCM		
Mario José Abdalla Saad	Comissão de Corpo Docente, Diretoria/FCM		
Lilian Tereza Lavras Costallat	Comissão de Corpo Docente, Diretoria/FCM		
José Antonio Rocha Gontijo	Comissão de Corpo Docente, Diretoria/FCM		

Considerações finais

As principais questões apresentadas neste trabalho salientam a historicidade do processo de arquivamento ao longo dos tempos, bem como sua inserção na modernidade. Ao analisar aspectos históricos da constituição dos arquivos da Unicamp e da Faculdade de Ciências Médicas destaca-se a importância que tiveram institucionalmente e para as pesquisas com base documental. De outro lado mostrou-se a necessidade de trabalhar com a caracterização dos arquivos pessoais e institucionais, assim como sobre a política e os processos de doação dos acervos documentais da instituição, contextualizando a origem de produção, acumulação e organização dos fundos documentais.

Nesse sentido, as observações feitas por Bloch (2001), sobre o as fontes documentais são, ainda, oportunas:

a despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não

escapam de modo algum à análise, e aos problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos que a passagem da lembrança através de gerações. (p. 83)

Referências

- AMARAL, Ivan Luiz Martins Franco do; NUNES, Everardo Duarte. Os conceitos de gestão e administração: aplicação ao estudo das gestões dos diretores da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. *Regae - Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, Santa Maria, v. 6 n. 13, 2017 p. 67-81
- ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. 2004. Disponível em http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf. Acesso em 2 nov. 2008
- BEHREND, Marinez Terezinha. *Resgatando a construção de tabelas de temporalidade de documentos*. Porto Alegre: Ufrgs, 2011. 65 f. Monografia (trabalho de conclusão de curso). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/40239>. Acesso em 19 jul. 2017.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. Universidade e arquivo: perfil, história e convergência. *TransInformação*. v. 1, n. 3, 1989, p. 15-28.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GORLART, Silvana. *Tempo e circunstância*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, 1998, p. 129-149.
- DUCROT, Ariane A classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Revista Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, 1998, p. 151-168. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2059/1198>. Acesso em 9 dez. 2015.
- DIAS, Camila Delmondes; SILVA, João Luiz de Carvalho Pinto e; CRUZ, Maria Alice; SAAD, Mario José Abdall; FILHO PEREIRA; Rogério Antunes; PEREIRA, Rosa Ines Costa. *FCM 50 anos: a realidade ultrapassou o sonho*. Campinas: FCM/Unicamp, 2013.
- ESTADO VIRTUAL. Sistema nacional de arquivos: Sinar. Disponível em <https://www.estadovirtual.com.br/sinar>. Acesso em 19 jul. 2017.
- HORA, Sérgio Ricardo Almeida da; SATURNINO, Luyz Paullo Targino; SANTOS, Eliete Correia dos. A evolução do arquivo e da arquivologia na perspectiva da história. *WebArtigos*, 26 fev.2010. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/a-evolucao-do-arquivo-e-da-arquivologia-na-perspectiva-da-historia/33326/>. Acesso em 19 jul. 2017.

LOPES, Uberdan dos Santos. Arquivos e a organização da gestão documental. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, v. 9, 2004, p. 113-122. Disponível em <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/412/523>. Acesso em 19 jul. 2017.

MEDEIROS, Nilcéia Lage de; AMARAL, Cléia Márcia Gomes do. A representação do ciclo vital dos documentos: uma discussão sob a ótica da gestão de documentos. *Em Questão*, Porto Alegre: Ufrgs, v. 16, n. 2, 2010, p. 297-310. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/viewFile/15108/1046>. Acesso em 19 jul. 2017.

MARTINS, Neire do Rossio. *Memória universitária: o arquivo central do sistema de arquivos da Universidade Estadual de Campinas (1980-1995)*. Campinas: Unicamp, 2012. 230f. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

MOURA, Maria Madalena Arruda de; GARCIA, Machado. Os documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, 1998, p. 175-187. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2070/1209>. Acesso em 22 mar. 2017.

PAES, Marilena Leite. *Arquivos: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PRADO, Heloisa de Almeida. *A técnica de arquivar*. São Paulo: T. Queiroz, 1986.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei n. 8.159 de 8 de janeiro de 1991*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em 21 jul. 2017.

SILVA, Welder Antônio. *Retrospectiva da arquivística brasileira no século XX*. Rio de Janeiro: Unirio, 2002, 96f. Monografia (trabalho de conclusão de curso). Escola de Arquivologia, Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em <http://welder.eci.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/08/Welder-Ant%C3%B4nio-Silva-Monografia.pdf>. Acesso em 19 jul. 2017.

SANTOS, Paulo Elian. Uma abordagem arquivística: os documentos de um laboratório das ciências biomédicas. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2012, p. 303-323. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702012000100016. Acesso em 3 jan. 2016.

SOUSA, Renato Tarcisio Barbosa de. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (org.). *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 240-269.

SOUSA, Renato Tarcisio Barbosa de. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2006, p. 120-142. Disponível em <http://www.arquivistica.net>. Acesso em 19 jul. 2017.

Ivan Luiz Martins Franco do Amaral é assistente administrativo no Centro de Memória e Arquivo da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp e estudante no curso de mestrado em Saúde Coletiva na mesma instituição.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2374-4099>.

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126 - 13083-887 - Campinas - SP - Brasil.

E-mail: ivanfa@fcm.unicamp.br.

15

Everardo Duarte Nunes é doutor em Ciências e professor colaborador no Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2285-7473>.

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126 - 13083-887 - Campinas - SP - Brasil.

E-mail: evernunes@uol.com.br.

Recebido em 8 de agosto de 2018.

Aceito em 12 de novembro de 2018.



OS DOCUMENTOS E O HISTORIADOR

Os documentos analisados na pesquisa em questão, fazem parte dos arquivos institucionais da Unicamp, os quais foram produzidos e recebidos pela instituição aos longo de sua atividade; além do acervo pessoal de Antônio Augusto de Almeida, o qual se encontra preservado na Unicamp. Segundo os princípios da arquivística, com relação a autenticidade do documento, o mesmo dar-se-á ao fato de ser produzido para atender uma atividade, e função exercida pela pessoa e/ou instituição, onde ao passar da função primária, os documentos acabam sendo preservados nos arquivos permanentes em decorrência de apresentar valor histórico e probatórios importantes segundo análises técnicas na Instituição.

Há portanto, uma avaliação criteriosa, dentre uma criteriosa seleção de todos os documentos que encontram-se preservados nos arquivos permanentes da Universidade, e, como pesquisador, se faz necessário compreender detalhadamente todo o desenvolvimento do processo. Segundo o historiador Foucault (2014), em seu clássico estudo da arqueologia do saber, os arquivos nos permitem encontrar uma seleção de fragmentos dos acontecimentos ocorridos anteriormente, sendo os mesmos de grande aplicabilidade ao historiador, para poder conseguir produzir o seu ofício, ou seja, a história. Para ele, os documentos dos arquivos não esgotam apenas com as informações necessárias para a produção da história, não sendo preservados nos arquivos permanentes de maneira aleatória, mas sim, ocorrendo critérios de seleção, e, avaliação dos documentos institucionais, bem como acervos pessoais, que devem estar presentes sempre junto as Instituições no sentido de salvaguardar suas preservações.

O resgate sobre a história das Instituições de guarda dos acervos permanentes, que essa pesquisa utilizou-se para produção da história, foi analisada no capítulo anterior, com objetivo de poder melhor compreender, bem como o de auxiliar a respeito dos processos que salvaguardam seus acervos, tais como, sobre as lacunas documentais. Os fundos documentais consultados no Arquivo Central da Unicamp/Siarq, seguem a política de gestão documental e plano de classificação. Segundo Bellotto (2006), os arquivos foram recolhidos ao arquivo permanente com objetivo de representar sempre as atividades e

ações que forem realizadas na Universidade ao longo dos anos, sendo destinados a sua guarda histórica mediante seus valores administrativos, jurídicos e informacional. É compreensível que as instituições públicas não preservem cem por cento dos documentos produzidos ao longo de suas atividades, isso ocorre em decorrência da inviabilidade de acesso, local de guarda, bem como o alto custo para todas as Instituições. Porém, nos fundos Institucionais que foram pesquisados, foi possível resgatar uma cronologia das atividades realizadas pela diretoria da faculdade nos primeiros anos de sua gestão, com acesso aos processos de convênios, correspondências recebidas assim como as expedidas; além de relatórios que foram produzidos pela secretaria geral da Universidade na década de 1960. O acervo pessoal do diretor Antônio Augusto de Almeida, recebido de seus familiares a título de doação à Universidade após o seu falecimento, viabilizou-se a construção de sua biografia, antes que nos era desconhecida, porém, cabe ressaltar que os documentos preservados nesse fundo pessoal, foi de suma importância em preservar e poder representar a imagem do professor Antonio Augusto ao longo dos anos, pois, os arquivos pessoais foram todos selecionados minuciosamente.

Além dos documentos textuais preservados nos arquivos permanentes das instituições, uma outra fonte de pesquisa desenvolvida foi através de diversos depoimentos, o que possibilitou o preenchimento nas lacunas que haviam existentes nos acervos que foram encontrados/pesquisados. Pesquisa que infelizmente não foi possível utilizar como ferramenta em decorrência do período de falecimento ocorrido de nosso personagem, assim como de testemunhas que o acompanharam ao longo de sua trajetória administrativa na Universidade. Porém, alguns documentos foram cruciais para uma melhor compreensão de todo estudo realizado, pois, além das documentações oficiais, o depoimento de um autor desconhecido, e, publicado no ano de 1975, na revista Arquivos do Instituto Penido Burnier, com testemunho sobre a personalidade de Antônio Augusto nos trás uma ótica complementar aos documentos oficiais existentes.

Para que pudessemos obter êxito em toda a história sobre a primeira gestão da Faculdade de Medicina – FCM Unicamp, se fez necessário resgatar de maneira detalhada todos os acervos documentais preservados na

Universidade nos seus anos iniciais. Entre os documentos consultados, o critério de seleção desenvolvido foi através de informações que mencionam as estratégias e atuações junto a extensão, ensino e pesquisa, além da biografia do primeiro diretor. Com toda deligência aqui mencionada, o objetivo primordial foi o de poder obter o maior volume de debates possíveis para produção de uma história, a qual segundo o historiador Le Goff, nos apresenta através de dois materiais, “os documentos e os monumentos”⁴⁵. Em análise nos materiais Le Goff (2006), caracteriza-se sempre os monumentos como estáticos e detentores de poder, enquanto os documentos se corretamente trabalhados pelo historiador, viabilizam a reconstituição de uma nova história; realizada através da análise de uma variedade de fontes históricas contextualizadas com o tempo histórico, e a veracidade das fontes; dessa forma, foi viável aprofundar na pesquisa, e, poder conhecer uma história desconhecida dos livros oficiais da Universidade, entre as descobertas documentais.

Contudo, seguindo historiadores da Escola dos Annales, com objetivo de realizar uma nova história, e, se afastando das escolas positivistas, à análise dos documentos, apresentou-nos em sua base, fundamentos do historiador Marc Bloch (2001) para o efetivo ofício do historiador. Análise na qual foi ajuizada com toda autenticidade de seus documentos, bem como a sua contextualização histórica, para não poder correr o risco em cometer nenhum anacronismo histórico aos fatos ocorridos na primeira gestão da Faculdade de Medicina - FCM/Unicamp.

A IMPLICAÇÃO DO PESQUISADOR

A relação do pesquisador o qual redige encontra-se muito próximo com essa pesquisa. Pois, trata-se de uma pessoa Historiadora, guia de turismo, e, recentemente blogueiro, com temática em história de Campinas, o qual desenvolve suas atividades profissionais na Universidade de Campinas - Unicamp desde o ano de 2006, atua na área de Arquivos da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, anteriormente da criação do Centro de Memória e Arquivo FCM. Nascido na cidade de Campinas, o qual se debruça sobre as descobertas históricas da cidade Campinas, desenvolvendo suas atividades proffissionais nos arquivos históricos da FCM/Unicamp. Trabalho o qual vem desenvolvendo desde o período de seu estágio, e, sempre na averiguação,

sondagem, e, examinando estudos de temas relacionados com a Cidade, bem como com a Faculdade de Ciências Médicas – FCM.

Os temas que sempre tem interesse é o de procurar investigar os estudos que estiveram diretamente relacionados, com muita dedicação e carinho que tem pela história da Cidade, e a familiaridade em acessar os acervos históricos da Instituição. A oportunidade em realizar essa pesquisa, obteve em seu início uma conversa com o Prof. Everardo Duarte Nunes, onde na oportunidade, o mesmo era Presidente do Grupo de Estudos da História das Ciências da Saúde na FCM-Unicamp, e eu era secretário do referido grupo, onde a ideia ser pesquisada englobava todas as gestões da Faculdade relacionadas ao ensino, como ainda, a pesquisa e extensão; porém, em decorrência de minhas atividades na instituição, não obtive êxito na conclusão da idéia inicial dessa imensa pesquisa; pois no ano de 2023, com o afastamento do Prof. Everardo, o Prof. Rubens, o qual já possuíamos uma proximidade em decorrência de diversas pesquisas realizadas em parceria sobre a História das Ciências da Saúde, o mesmo, se propôs em aceitar em orientar-me, bem como dar continuidade, e poder concluir o referido mestrado, onde sou eternamente grato.

Vale ressaltar, que a aproximação com tema, em nada impediu trazer uma história verídica com base em intensivas e exaustivas diligências aos arquivos históricos existentes. Como historiador e ético, não deixei nenhuma fonte documental omitida, bem como, sempre investiguei a encontrar os lados fidedígnos da história, pesquisando documentos oficiais com versões (pontos de vista) da diretoria, bem como de acervos documentais que abrangendo também o lado dos estudantes.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Estudar a primeira gestão da FCM/Unicamp.

Objetivos Específicos

1. Apresentar dados biográficos do primeiro diretor da FCM/Unicamp - Prof. Antonio Augusto de Almeida;
2. Analisar a gestão do primeiro diretor da FCM/Unicamp, considerando o contexto sócio-político e cultural do período, e, as ações realizadas.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa exploratória, transversal e qualitativa, onde utilizou-se desde a análise documental considerando fontes primárias e oficiais, as quais encontram-se preservadas nos seguintes arquivos da Unicamp: Arquivo Central da Unicamp/Siarq, e Centro de Memória e Arquivo da FCM/Unicamp.

Os documentos que foram descobertos no Siarq, encontram-se de forma geral devidamente organizados, bem como preservados, os quais fazem parte dos fundos da Secretaria Geral, Antônio Augusto de Almeida e Secretaria Geral. Vale mencionar/frisar, que, em razão da primeira gestão na época não ter tido a obrigatoriedade em realizar relatórios de gestão; contudo para a realização da pesquisa em questão, se fez necessário que “mergulhássemos” através de uma enorme quantidade documental para que fosse possível poder encontrar e construir um relatório de gestão devidamente atualizado.

Os primeiros fundos encontrados entre os tipos documentais foram: correspondências expedidas e recebidas, pareceres, memoriais, notícias da imprensa, e informes de relatórios técnicos. No fundo da Secretaria Geral, encontram-se todos os processos administrativos da universidade; documento no qual resume-se na maior fonte de pesquisa realizada ao trabalho em questão. A pesquisa ocorreu através de acesso ao sistema SIGAD da Universidade, com a seleção do prazo da gestão de Antônio Augusto na Faculdade de Ciências Médicas – FCM da Universidade, e, doravante

selecionados para a pesquisa de todos os processos que apresentavam os seguintes assuntos: convênios, correspondências, construção, alteração, pós-graduação, residência médica, de Antônio Augusto de Almeida, sua pesquisa e extensão.

Outro arquivo devidamente e minuciosamente pesquisado, foi o Centro de Memória e Arquivo da Faculdade de Ciências Médicas - FCM, onde foi possível melhor compreender as transformações realizadas na Faculdade, através da ótica estudantil, pois, no referido CMA/FCM encontra-se bem preservado o acervo do Centro Acadêmico de Adolfo Lutz em sua totalidade; com publicação no jornal estudantil chamado O Patológico; onde pode ser encontrado relatos estudantis, bem como do diretor, e ainda a conjuntura referente a Instituição nos primeiros anos de sua gestão; acervo o qual além de bem preservado encontra-se totalmente digitalizado, sendo possível obter o seu acesso a distância, caso haja necessidade.

RESULTADOS

1. ANTÔNIO AUGUSTO DE ALMEIDA

[...] Teria sido ideal que a Faculdade tivesse sido instalada após a organização da Universidade. Teria sido muito mais fácil se tivesse havido planejamento! Mas tais e tantos os reclamos, estais lembrados, que a ordem recebida nos dias finais de fevereiro de 63 foi "Faculdade funcionando ainda este ano". Sem prédio, sem dinheiro, sem professores e sem alunos. O resto conheceis bem.⁴⁶

O discurso realizado à primeira turma quando de sua formatura, é exatamente o reflexo de sua primeira gestão. Antônio Augusto de Almeida assumiu a direção em 1963, tendo permanecido por seis anos, deixando o cargo no ano de 1969. No período de sua gestão, foi necessário encontrar um local para a realização de aulas, estruturação de local adequado, e contratação de docentes responsáveis pelas aulas, caracterizando-se como o início da concretização do sonho da cidade através das ações do primeiro diretor.

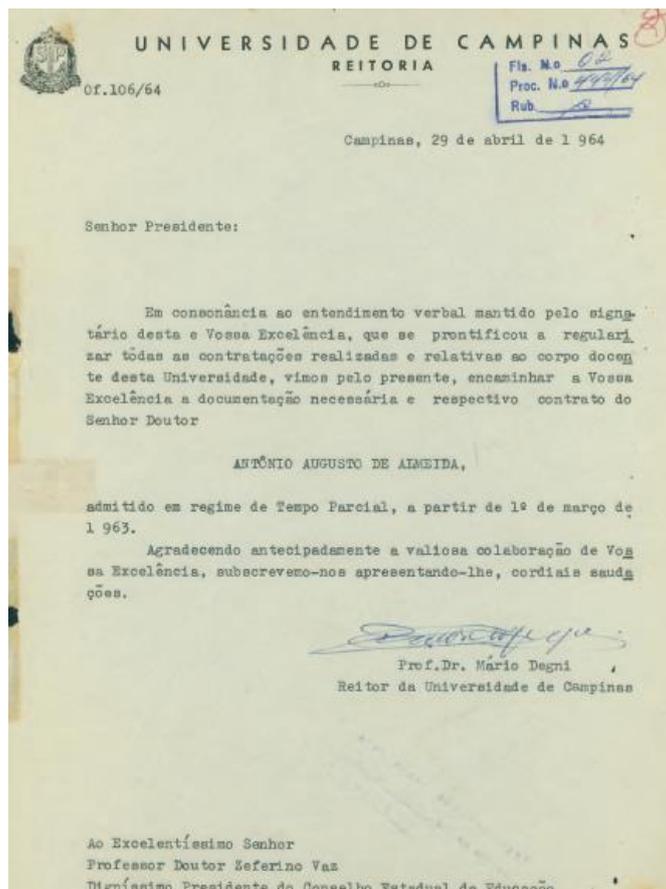


Figura 05: Ofício de Contratação de Antônio Augusto de Almeida. Processo administrativo Unicamp. 01P-444-1964

Antônio Augusto de Almeida Mineiro, era Mineiro nascido na cidade de Oliveira em 08 de maio de 1903 e faleceu³ aos 71 anos de idade, no dia onze de abril de 1975, no Hospital Vera Cruz da cidade de Campinas. Com vinte e três anos, graduou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais. Em 1956, obteve o título de livre docente em Clínica Oftalmológica pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, com o trabalho intitulado, A esclerectomia posterior no descolamento da retina (Almeida, 1954). Na tese revela a sua opção pela oftalmologia:

A oftalmologia foi o alvo que procuramos atingir ao iniciar o curso médico. Dentro da oftalmologia a parte cirúrgica mereceu a nossa predileção. Verdadeiro mestre, que sabia ensinar estimular vocações, J. Santa Cecília adentrou-nos na oftalmologia desde os bancos acadêmicos. Explica-se assim a escolha do assunto cirúrgico para a presente dissertação.⁴⁸

³ Causa de sua morte segundo atestado de óbito “infarto do miocárdio”.

Antes de assumir a Diretoria da Faculdade de Medicina de Campinas, foi Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas (SMCC), entre os anos de 1948-1949, sendo a vigésima quarta gestão. Sua atuação frente à SMCC caracterizou-se na transferência da Sociedade para uma nova sede. Com relação a sua atuação profissional, foi chefe clínico e cirurgião do Instituto Penido Burnier⁴ de Campinas. Além de consulta e cirurgia, auxiliou também na organização das publicações científicas do Instituto, através do período denominado “Arquivos do Instituto Penido Burnier”, com a primeira publicação ocorrida em 1932; fundou o curso de oftalmologia para assistentes estagiários; e foi autor da proposta para criação da “Fundação Penido Burnier”, anexa ao Instituto Penido Burnier, a qual foi destinada à pesquisa em oftalmologia e otorrinolaringologia. O médico Antônio Augusto, também obteve nesse período, experiência na docência como professor catedrático de oftalmologia na Escola de Enfermaria Madre Teodora.

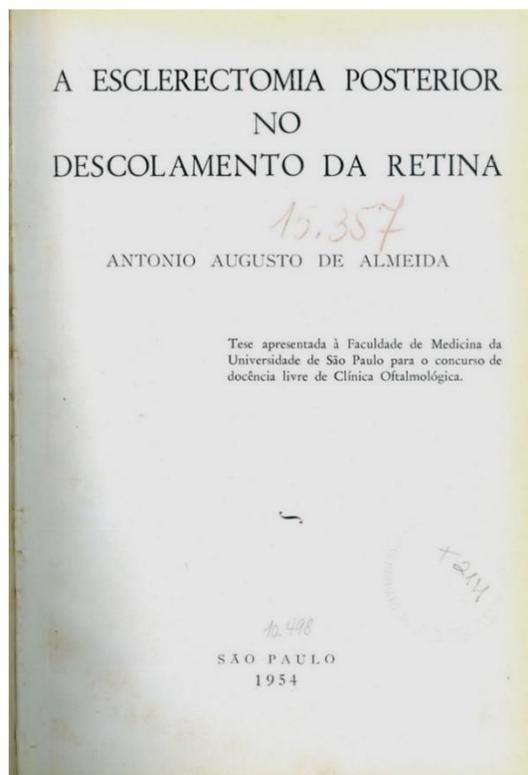


Figura 06: ALMEIDA, Antonio Augusto.
Tese de Livre Docência

⁴ Em 1907 Dr. João Penido Burnier fazia sua primeira viagem de estudo à Paris, onde já formado, idealizava seu Instituto no Brasil. Em 1910 ao se estabelecer em Campinas/SP, como médico da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, vislumbrou a aproximação de seu grande sonho – o Instituto Oftálmico de Campinas, que fundou em 1920, e que recebe o nome de Instituto Penido Burnier (IPB) desde 1923. Já em 1927, foi fundada a Associação Médica do Instituto Penido Burnier, com o intuito de se promover o encontro entre as atividades médicas e científicas do hospital⁴⁹.

Quando de sua nomeação como Diretor da Faculdade de Medicina da Unicamp, no ano de 1.963, além da sua tese, era autor de quarenta trabalhos científicos, os quais foram publicados em diversos periódicos nacionais, desde o ano de 1930; e, a partir do ano seguinte, de sua admissão à frente da diretoria da Faculdade, o mesmo manteve publicações em periódicos nacionais totalizando oito trabalhos, até o ano de 1970⁵.

Em 1974, publicou seu primeiro livro dedicado ao apoio didático, resultado do seu trabalho junto aos alunos de graduação em medicina da Unicamp: “das apostilas por mim elaboradas, no primeiro ano do curso, na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, ousei imprimir o que ensino aos jovens”.⁵⁰

Foi constatada como um problema eminente nos primeiros anos de criação da Faculdade, a ausência de livros didáticos para todos os acadêmicos, fato o qual pode-se ser constatado através em uma reportagem publicada no jornal Diário do Povo da cidade no ano de 1964. onde foi relatado de modo contíguo com os acadêmicos do Centro Acadêmico, e também com o primeiro vice-diretor da Faculdade, Prof. Walter A. Hadler. No relato de experiência, constataram as maiores dificuldades para aquisição dos livros didáticos em medicina pelos alunos da FCM/Unicamp, como ainda o elevado custo dos livros importados, e a falta de textos em português à época. A solução encontrada pelos professores no período, foi a elaboração de apostilas temáticas para substituição de parte dos livros didáticos. O livro publicado em 1974, por Antônio Augusto como analisado anteriormente, reflete a sua atuação na constituição dos primeiros materiais didáticos da Instituição.

⁵ Os currículos encontrados nas pesquisas documentais do Prof. Antônio A. de Almeida apresenta informações, somente até 1970.



Figura 07: Diário do Povo. 27 jan. 1964

A análise do perfil do primeiro Diretor da Faculdade de Medicina de Campinas finalizada na pesquisa em questão, com as nomeações de chefia assumida em sua trajetória profissional. Os cargos administrativos, além da direção da Faculdade, foram apenas dois, sendo: Presidente da Academia de Oftalmologia de São Paulo, entre 1969-1970, e, Coordenador Geral das Faculdades da Unicamp⁶, entre 1970-1973.

⁶ Nomeado pelo Reitor da Unicamp Prof. Zeferino Vaz, o Antônio Augusto de Almeida foi o 1º Coordenado Geral das Faculdades da Unicamp.

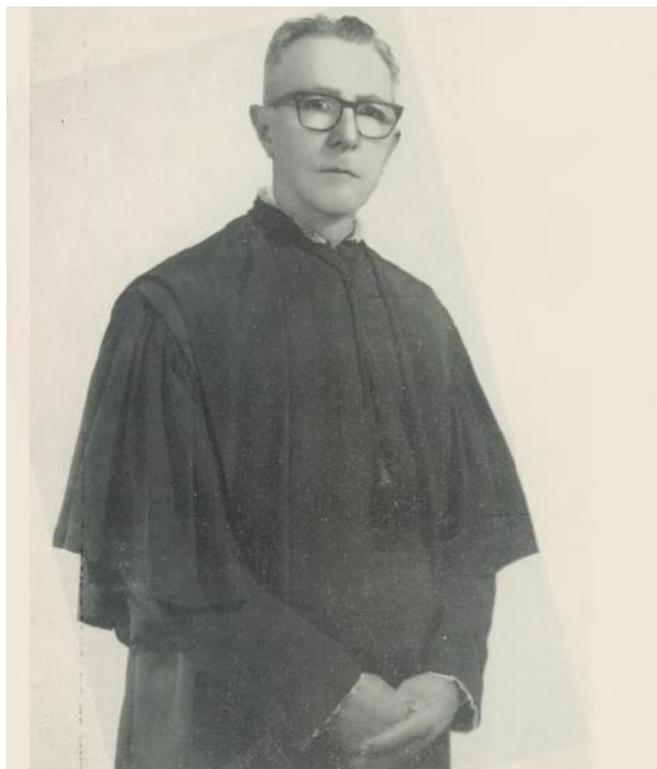


Figura 08: Antônio Augusto de Almeida

2. A FACULDADE DE MEDICINA E AS MUDANÇAS DO PAÍS E ENSINO

Durante a década de 60, o Brasil foi apontado por transformações fundamentais político-institucionais, que culminando com a renúncia do Presidente Jânio Quadros. Seguiu-se então, com o governo sob a liderança do vice-presidente João Goulart, o qual foi deposto por golpe militar⁷, em 1964. Dessa forma, a primeira gestão da Faculdade, como todas as que se sucederam até 1985 estavam sob controle do regime ditatorial.

No período analisado da primeira gestão, assumiram dois Presidentes, entre eles: Humberto de Alencar Castelo Branco, 15 de abril de 1964 até 15 de março de 1967, e Arthur da Costa e Silva, 16 de março de 1967 até 31 de agosto de 1969. A política de governo de ambos, caracterizou-se pelo 'Programa Estratégico de Desenvolvimento', o qual "preconizava uma política econômica governamental, destinada entre outros fins, a de superar o estrangulamento tecnológico da indústria nacional, e, a de aumentar a

⁷ Após o golpe militar foi publicado o Ato Constitucional n.º 05, com garantia dos poderes aos militares, com justificativas de uma revolução em prol da nação brasileira. Posteriormente foram publicados até 1966, os atos números 02, 03 e 04, fortalecendo o poder militar com modificação na constituição do país para garantia do fortalecimento do golpe militar.

participação da oferta nacional para a oferta global”⁵⁴. Porém, a maior marca presente na política do País no referido período, foram os atos Institucionais, política na qual constituiu-se de atos e normas elaborados pelo regime militar, entre os períodos de 1964 a 1969, objetivando centralizar e garantir a política militar, pura e simplesmente, com poderes acima da Constituição do País. O ato constitucional nº 05, assinado no dia 13 de dezembro de 1968, caracterizou-se como o marco de todos os atos institucionais, pois, viabilizou cassar mandatos, intervir em estados e municípios, suspender direitos políticos de toda e quaisquer pessoa, além de decretar recesso do Congresso, e assumir suas funções legislativas no seu ínterim.

A repressão do regime político, foi acentuada no ensino em 26 de fevereiro de 1969, quando foi baixado o decreto-lei n. 477, onde previa a punição de professores, alunos e funcionários considerados culpados de subversão ao regime; momento no qual, os professores atingidos eram demitidos, como também ficaram impossibilitados de desenvolver suas atividades profissionais em qualquer outra instituição educacional do País por cinco anos. E, ao mesmo tempo, os estudantes eram expulsos, e, ficavam proibidos de cursarem qualquer universidade por três anos. O decreto ora mencionado, perdurou até o ano de 1979, quando o mesmo foi revogado pela lei de anistia. Na Universidade de São Paulo, foram “aposentados” sessenta e cinco professores, bem como a demissão do Reitor Hélio Lourenço de Oliveira (Unicamp, 2015). Sobre a repressão na Unicamp, atingiu-se professores do Departamento de Medicina Preventiva e Social, na primeira metade da década de 1970 (Unicamp, 1970).

Pagliosa e Da Ros (2008), assinalam que em todo mundo, a partir do período em questão ora mencionado, intensificaram-se as críticas ao setor da saúde, onde denominou-se a crise da medicina, evidenciando-se o descompromisso com a realidade, e, todas as necessidades da população. Tal crise se refletia em todo o Brasil, já que o País apresentava baixos indicadores de saúde: Mortalidade Geral de 13/1000 habitantes; Mortalidade Infantil, 118/1000 nascidos vivos; a esperança de vida ao nascer, apenas 52 anos; 25,9% dos óbitos devido a infecções parasitárias; taxa de fecundidade, 6,3. Segundo os autores, os meios acadêmicos, instituições e fundações

internacionais e associações civis, não estiveram alheias às questões de saúde e criaram “intensa movimentação”; sentido no qual, a Faculdade de Medicina da Unicamp procurou manter relações com a Organização Pan-Americana da Saúde, através de convênio para aquisição de livros, em 1967, sendo mais tarde, em 1970, com a W. K. Kellogg Foundation (segunda gestão).

Dois outros convênios foram avaliados durante a primeira gestão: com a URSS/Banco de Desenvolvimento Econômico, para aquisição de equipamentos russos de laboratório; porém, não sendo concretizado pela justificativa de que a universidade necessitava de equipamentos com maiores tradições e assistência técnica; e Polônia/Ministério da Educação e Cultura: US\$ 400.000,00 da denominada missão técnica polonesa para assessorar os Institutos Universitários com a aquisição de equipamentos didáticos (Unicamp, 1968).

Do ponto de vista das questões educacionais, alguns fatos são expressivos em 1.960 para a realização da II Conferência de Faculdades de Medicina Latino-Americanas, onde foi proposto a criação de associações nacionais voltadas ao ensino da medicina; através da lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, onde fixou-se as diretrizes e bases da educação nacional com a criação em 1962 da Associação Brasileira de Educação Médica - Abem. Dois fatos que se destacam no panorama geral e específico da medicina na referida década é a reforma universitária no ano de 1.968, sendo no mesmo ano a criação da resolução CFE n. 8, a qual regulamentou o Ensino Médico, estabelecendo o currículo mínimo (Abem, 2015).

Durante a década de 60, surgem as questões educacionais, quando é realizado o primeiro Congresso, no ano de 1963. Até o ano de 1967, os temas da Abem (2015) refletiram problemas vivenciados pelas escolas médicas, sendo: o ensino da medicina preventiva, pedagogia aplicada à medicina; internato e residência, formação de pessoal paramédico, ensino da psicologia, hospital de ensino, integração do ensino básico-profissional. No final da década, dois congressos tiveram como temas a formação do profissional frente à realidade brasileira existente e o planejamento do ensino médico.

Retomando a história da Faculdade de Medicina de Campinas em relação às atividades administrativas da primeira gestão, consideramos que

estiveram voltadas para a criação de condições que puderam possibilitar o ensino, nomeando os primeiros docentes nas então denominadas cadeiras, com suas chefias: os catedráticos. Assim, são criadas em 1963, as cadeiras de Histologia e Embriologia (Walter August Hadler); Cadeira de Anatomia (João Baptista Parolari); Cadeira de Genética (Bernardo Beiguelman) em 1964, o de departamento de Farmacologia; em 1965 os departamentos de Anatomia Patológica, Medicina Preventiva e Social (atual Saúde Coletiva), e, Clínica Médica (Cirurgia é integrada em 1968); em 1966, os de Psicologia Médica e Psiquiatria, Tocoginecologia, Pediatria e Neurologia, e a disciplina de Medicina Legal. O último departamento criado na primeira gestão, foi o de Ortopedia e Traumatologia, em 1967 (Faculdade de Ciências Médicas, 1993).

Segundo Freire-Maia, havia em exercício onze professores titulares, cinco assistentes-doutores, quinze na realização de serviços especializados, um assistente-docente, dois na realização de funções docentes e assistenciais, e sessenta e sete instrutores:

Naturalmente, a imensa maioria dos docentes é constituída por médicos, mas também alguns outros profissionais (dentista, advogado, sociólogo, veterinário, psicólogo, e enfermeira). Apenas 3 Professores Titulares e 6 Instrutores estão em RDIDP, mas, no todo, há 31 docentes em regime de 44 horas semanais (RDIDP ou RDP). De qualquer forma, a frequência de docentes em Regime de Tempo Parcial (70%)⁶¹

Em agosto de 1968, o Reitor da Unicamp, Zeferino Vaz, concedeu um aumento de 14% (quatorze por cento) aos docentes em Regime pela Dedicção Integral à Docência e a Pesquisa (RDIDP), com aprovação do governador através do decreto n.º 50.197 datado de 13 de agosto de 1968. O RDIDP para formação da Universidade, segundo Zeferino Vaz

Acentua-se bem que a dedicação integral e simultaneamente à docência e a pesquisa porque hoje ninguém compreende que um professor seja antes um pesquisador, isto é, um indivíduo capaz de elaborar pensamento original no campo de seu conhecimento e de contribuir pessoalmente para o progresso da ciência⁶².

As disciplinas ensinadas nos primeiros anos de instalação da Faculdade foram instauradas pela Portaria de n.º 02 de 20 de maio de 1963, e, estabelecida pelo Diretor da Faculdade de Medicina, com a aprovação do

Conselho de Curadores da Universidade. O quadro das disciplinas foi separado no Ciclo Básico e Profissional.

Disciplina do Ciclo Básico:

1-Anatomia, 2- Anatomia e Fisiologia Patológica; 3- Bioestatística; 4- Biofísica; 5- Bioquímica; 6- Farmacologia; 7- Físico-Química; 8- Fisiologia; 9- Genética; 10- Histologia e Embriologia; 11- Microbiologia; 12- Parasitologia.

Disciplinas do Ciclo Profissional:

1-Clinica Cirúrgica (primeira e segunda parte); 2- Clínica Médica (primeira e segunda parte); 3- Clínica Médica-Cirúrgica; 4- Clínica Ortopédica e Traumatológica; 5- Higiene Mental; 6- Medicina Legal e Deontologia; 7- Medicina Preventiva (primeira e segunda parte); 8- Medicina Psicossomática; 9- Neurologia; 10- Noções de Direito; 11- Noções de Sociologia; 12- Oftalmologia; 13- Otorrinolaringologia; 14- Pediatria; 15- Psicologia Médica; 16- Psiquiatria; 17- Tocoginecologia⁶³.

No mesmo período foram aprovadas as disciplinas ministradas no curso de graduação em medicina, o Diretor estabeleceu o quadro de ensino do primeiro ao último ano.

As disciplinas do Ciclo Básico e Profissional do Curso de Graduação em Medicina terão as seguintes seriações:

1º ano: Anatomia – Bioestatística – Genética – Histologia e Embriologia.

2º ano: Biofísica – Bioquímica – Farmacologia – Físico-química – Fisiologia.

3º ano: Clínica Cirúrgica (primeira parte) – Clínica Médica-Cirúrgica – Medicina Preventiva (primeira parte) – Microbiologia – Parasitologia – Psicologia Médica.

4º ano: Clínica Cirúrgica (primeira parte) – Clínica Médica (primeira parte) – Clínica Ortopédica e Traumatológica – Higiene Mental – Medicina Preventiva (segunda parte) – Medicina Psicossomática – Oftalmologia – Otorrinolaringologia.

5º ano: Clínica Cirúrgica (segunda parte) – Clínica Médica (segunda parte) – Medicina Legal e Deontologia – Neurologia – Noções de Direito – Noções de Sociologia – Pediatria – Psiquiatria – Tocoginecologia.

6º ano: Estágio Hospital obrigatório.

Artigo 2º - O ensino das disciplinas de Bioestatística, Biofísica, Físico-química, Microbiologia, Psicologia Médica, Higiene Mental e Oftalmologia, terá a duração de um semestre e será feito no primeiro semestre; os ensinamentos das disciplinas de Genética, Parasitologia, Otorrinolaringologia, Noções de Direito e Noções de Sociologia terão, também, a duração de um semestre e será feito no segundo semestre.⁶⁴

Dentre a análise das estruturas das disciplinas ministradas, as principais características dos primeiros planos de ensino desenvolvidos quando a

Faculdade iniciava as suas atividades de uma forma geral reproduzia as discussões que se realizaram na década de 1950, com as propostas de mudanças no clássico modelo flexneriano da primeira década do século 20.

Mesmo com inovações importantes, como a extensão do cuidado à comunidade numa incipiente clínica de família, tentativa de integração entre os departamentos de medicina preventiva e social, ginecologia e pediatria, a introdução das ciências sociais, o ensino de história da medicina - professor Lycurgo de Castro Santos Filho, de 1965-67 – e, da bioestatística - professor Rubens Murilo Marques, 1966 -, podemos concluir que, de uma forma geral, o modelo era tradicional, dividindo o curso em dois momentos: o ciclo básico de dois anos, e, o profissional de quatro anos num sistema de disciplinas.

Analisando o tripé de atuação da instituição de ensino superior, o ensino, pesquisa e a extensão, é possível observar, que naturalmente os primeiros anos de direção foram de precariedade nessa atuação, tendo em vista uma gestão que precisou se preocupar com a busca de um local físico definitivo para realizar suas atividades didáticas, além da contratação de professores e estruturação de equipamentos. No jornal estudantil do Centro Acadêmico Adolfo Lutz ano de 1964, denominado O Patológico, existem alguns depoimentos que acabam expressando melhor essa questão. Em um dos depoimentos, o diretor enfatizou que passado o primeiro ano de criação da Instituição, foi possível encontrar mudanças com relação a estruturação dos laboratórios de pesquisa, e aquisição de equipamentos técnicos, além da constituição de um quadro de professores aprovados por decorrências de títulos acadêmicos. O reflexo da deficiência acadêmica, e, da pesquisa nos primeiros anos de sua gestão encontram-se presentes no jornal estudantil. Com relação ao ensino os livros didáticos eram de difícil acesso aos estudantes, sendo necessário a realização de uma campanha estudantil através de empresas privadas, e com todo apoio do diretor, para que houvesse a aquisição de livros para os estudantes, os quais, não apresentavam condições na aquisição do material, enquanto que a atividade de pesquisa, ficou concentrada em alguns docentes e suas publicações científicas, com raras participações estudantis.

O trabalho de extensão universitária mais conhecida como “extramuros”, teve início no País na década de 60, inicialmente criada com objetivo de “manutenção da desigualdade social”, sendo que “após o ano de 1964, predominaram ações assistencialistas⁶⁵”. Analisando os documentos, é possível observar que a Unicamp foi uma das precursoras de tal atividade no País, pois, através de relatos circunstanciados, nos mostram que o atendimento médico assistencial, era propiciado a pacientes internados, e de ambulatório na Santa Casa de Campinas, em um bairro periférico. Trata-se do Bairro denominado Jardim das Oliveiras, que esteve “sob o controle direto e atuante do Departamento de Medicina Preventiva, com estreita cooperação de autoridades estaduais da Secretaria da Saúde”⁶⁶. Bairro no qual os estudantes de Medicina estudavam conceitos sobre a história natural da doença, e aprendiam a multiplicidade de fatores econômicos, culturais e psicológicos que podiam interferir na origem e evolução das doenças. No relatório do DMPS, do ano de 1968, destacam-se, entre outras, as atividades de educação em saúde, saúde escolar, organização do clube de mães, reorganização da Sociedade de Amigos do Bairro.

Atividades “extra-muros”, também foram desenvolvidas pelo Departamento de Tocoginecologia, em convênio com a Secretaria da Saúde da Prefeitura Municipal de Campinas, e aprovadas pelo Ministério da Saúde, como a Campanha de Prevenção do Câncer Uterino.



Figura 09: Atendimento no Bairro Jardim dos Oliveiras. [1968]

A reforma do ensino da Faculdade de Medicina de Campinas, foi concretizada apenas na segunda gestão, porém mobilizada pelas discussões da II Conferência Nacional de Educação, através do Relatório Meira Mattos, onde o reitor da Unicamp Prof. Zeferino Vaz, nomeou uma comissão denominada “Paritária”⁸. Em sua constituição, o jornal da cidade publicou uma reportagem sobre a comissão que apresentou o objetivo de:

elaborar um conclusivo [relatório] que, posteriormente, será submetido à apreciação de uma assembléia geral a ser convocada pelos alunos e professores, na sua totalidade. O que ficar decido será então levado ao conhecimento do Conselho de Administração da Faculdade de Medicina para sua concretização.⁶⁷

Os trabalhos decorreram por mais de um ano, com a participação de alunos e docentes de áreas multidisciplinares, que realizaram seus trabalhos nas instituições, fóruns e reuniões abertas à comunidade, para reforma do ensino de medicina na Faculdade, obtendo a conclusão dos trabalhos apenas na segunda gestão. A participação ativa estudantil nas decisões políticas, ocorreu em um período de regime militar. Curiosamente o Centro Acadêmico Adolfo Lutz conseguiu manter suas atividades de maneira ininterrupta, mesmo após a promulgação da lei 4.464, de 09 de novembro de 1964, a qual criou os diretórios acadêmicos em substituição aos centros acadêmicos, com objetivo de obter maior fiscalização pelas autoridades políticas e policiais da época. Segundo o jornal estudantil O Patológico do ano de 1969, a comissão paritária proporcionou:

nos anos básicos de medicina, as aulas teóricas foram substituídas por seminários, diversos departamentos já funcionam sob gestão paritária ou planejam fazê-lo a partir deste ano, alunos e professores trabalham em conjunto, harmoniosamente com o objetivo comum de tentar construir a Universidade idealizada no Fórum⁶⁸.

⁸ Eram lideradas pelo médico preventivista Sérgio Arouca e animadas por um grupo de professores ligados ao Departamento de Medicina Preventiva, entre os quais sua mulher Ana Maria Arouca e o pneumologista Miguel Tobar Acosta. Chegaram a interromper as aulas para discutir aspectos mal resolvidos do curso e traziam para essas ocasiões conferencistas do porte do sociólogo Florestan Fernandes, cujo recém-lançado Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento andava nas mãos de um grande número de alunos. GOMES, Eustáquio.⁸

A pós-graduação, através dos ensinamentos de Residência Médica e doutoramento, iniciaram respectivamente em 1966 e 1967. A primeira área a formar médicos residentes na instituição percorre até o ano de 1969. A tocoginecologia foi à primeira área com a formação de quatro especialistas no período, sendo: três do sexo masculino e um do sexo feminino. A organização de novas áreas de ensino em residência ocorre através da constituição e regulamentação de uma Comissão de Ensino em Residência Médica apenas no início do ano de 1970.

A primeira tese de pós-graduação defendida na Faculdade, foi no ano de 1966, intitulada “Moluscos Planorbídeos do Distrito Federal”, realizada pelo aluno Luiz Augusto Magalhães, sob orientação do professor Wladimir Lobato Paraense. Entre os anos de 1966 a 1969, além da tese acima mencionada, foram defendidos mais cinco trabalhos, todos de doutorado, pois, não foi apresentado no período nenhum trabalho de mestrado.



Figura 10: Diário do Povo. 08 ago. 1968

A participação ativa dos alunos da Faculdade não estava apenas na pesquisa de pós-graduação. Na graduação o Centro Acadêmico Adolfo Lutz⁷⁰ (CAAL), criado após o início das atividades acadêmicas, em 22 de maio de 1963,

apresentou atividades relacionadas à política, pesquisa como ainda assistencial. As ligas acadêmicas das atividades extracurriculares ligadas nessa época ao CAAL estiveram voltadas às atividades assistências e preventivas, caracterizando-se por ações “extramuros” promovidas pelos próprios discentes; totalizavam quatro, e estavam relacionadas com problemas assistenciais e médicos do período. As ligas constituídas pelo Centro Acadêmico são de sangue, combate à sífilis, combate a moléstias infecciosas e ambulatórios populares. A primeira publicação da Faculdade de Medicina ocorreu pelos alunos do Centro Acadêmico no jornal denominado “O Pato lógico”, com o objetivo da divulgação das atividades realizadas pelas ligas acadêmicas, assim como um espaço para os estudantes poderem expressar suas opiniões políticas; jornal o qual estendeu suas atividades até o ano de 2013.

A participação estudantil na Faculdade esteve presente com o apoio da União Nacional dos Estudantes - UNE, através de assembleia e declaração assinada em conjunto com a União Nacional dos Estudantes do Estado de São Paulo, e ainda com a União Municipal dos Estudantes nos dias 10 e 11 de abril do ano de 1965. Na referida assembleia, declaram-se oficialmente contrários a “Lei Suplicy”⁹ e, as prisões aos estudantes realizadas nos primeiros anos do governo militar. Mesmo com a declaração, e pequenas publicações de expressão estudantil existentes nos jornais acadêmicos o CAAL esteve ativo, legalmente ao longo de todo o período do regime ditatorial.

No estudo da constituição de uma administração de ensino em seus primeiros anos de organização e institucionalização da Faculdade de Medicina da Unicamp, encontramos nas pesquisas arquivísticas realizadas, conflito entre dois precursores em sua formação. O primeiro reitor da Universidade, Cantídio de Moura Campos publicou em setembro do ano de 1963, uma carta no jornal da cidade apresentando críticas da gestão do primeiro Diretor da Faculdade. A exposição pública da desavença entre os dois, acaba ocorrendo com a renúncia de Cantídio de Moura Campos e subsequentemente

⁹ Lei nº 4.464, de 09 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy, devido ao nome do ministro da Educação que a patrocinou, Flávio Suplicy de Lacerda. Autorizava a continuidade e funcionamento dos Centros Acadêmicos, com restrição de proibição da realização de qualquer manifestação ou propaganda contrária a política de governo do País.

com a nomeação do segundo reitor, Mario Degni¹⁰. Em apoio ao Prof. Antonio Augusto, o Deputado da cidade, Francisco Amaral, em 04 de outubro de 1963 publicou uma carta ao jornal da cidade declarando que

toda população de Campinas repudia a insinuação contida na carta-renúncia. Afirmamos daqui, alto e bom som, que a conduta do Dr. Antonio de Almeida à frente da Faculdade de Medicina de Campinas tem trazido satisfação geral, pois é ele o grande responsável pelo funcionamento da Faculdade de Medicina de Campinas em 1963⁷¹

Destacamos que a questão de administrar a recém-criada Faculdade, não era apenas de formar um corpo docente e criar disciplinas, mas situar de forma adequada os espaços para as suas atividades. Criada a Faculdade, a pergunta que se tinha era onde desenvolver as suas atividades de ensino? Foram diferentes locais. Inicialmente no prédio da Maternidade de Campinas ¹¹ (1963-1965), durante os dois primeiros anos, mas com a aproximação dos anos clínicos, e sendo despejados pela Maternidade, havia necessidade de um hospital para o ensino com pacientes. Momento o qual os estudantes realizam pelas ruas de Campinas uma passeata onde reivindicavam outras instalações. Tais instalações foram o prédio secular da Santa Casa de Misericórdia e seus anexos, onde a Faculdade ficaria durante vinte anos, desde o ano de 1965 até o ano de 1985.

¹⁰ Ao cargo de 10 de outubro de 1963 a 09 de outubro de 1965.

¹¹ localizada na Rua Barão de Parnaíba n.º 690, a Faculdade de Medicina de Campinas permaneceu durante dois anos. Este espaço que atualmente não apresenta nenhuma construção residiu também entre os anos de 1973 a 2008 a Rodoviária da Cidade de Campinas.

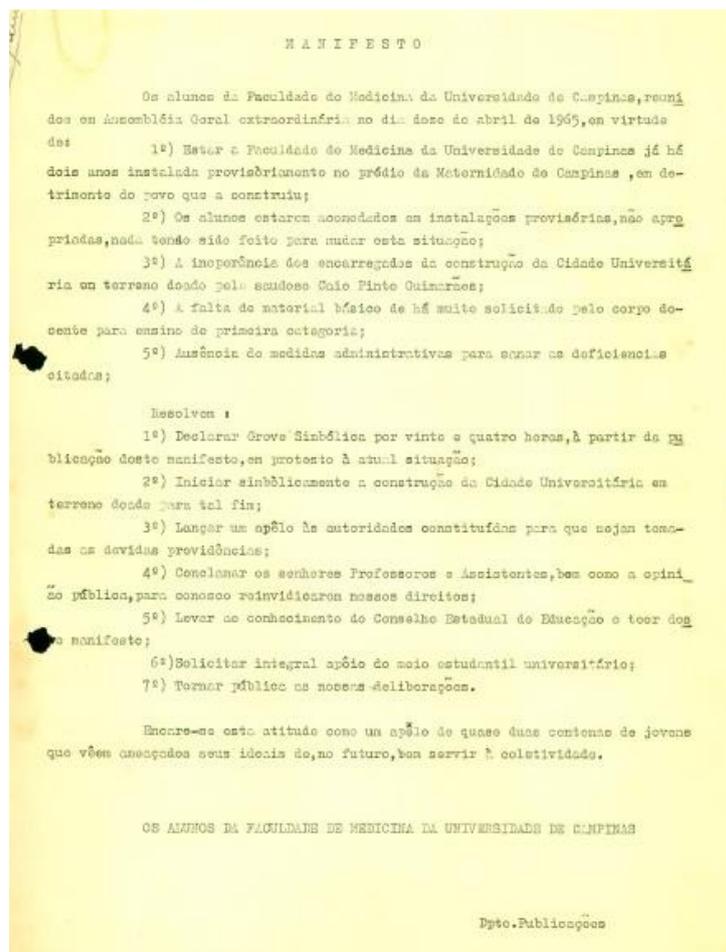


Figura 11: Manifesto de greve dos estudantes de medicina

A estruturação da Faculdade é separada no estudo em questão, compreendidos por dois períodos, sendo: A criação apenas de uma Faculdade de Medicina, entre os anos de 1963-1964, e, o segundo momento com a Constituição da Universidade Estadual de Campinas. No primeiro momento, a Faculdade de Medicina é criada na qualidade de Instituição de Ensino Superior, Lei n.º 4.966 de 25/11/1958, a qual posteriormente integrada a Universidade de Campinas através do decreto n.º 41.690, de 04/03/1963, porém permaneceu até o ano de 1964 sendo uma universidade com apenas um curso superior. Em 1965, com a nomeação do terceiro reitor da Unicamp o professor Zeferino Vaz, o mesmo recebeu a responsabilidade através do governador do Estado de São Paulo, Adhemar Pereira de Barros, da criação definitiva da Universidade, com a constituição de outros cursos superiores, além da regulamentação do curso de medicina, bem como o reconhecimento do Ministério da Educação. No dia 09 de outubro de 1965, é criada a Comissão Organizadora da Universidade de Campinas, tendo como seus membros os médicos Zeferino Vaz, Paulo Gomes

Romeo e Antônio Augusto de Almeida. Após os trabalhos da comissão, “na tarde do dia 5 de outubro de 1966 é lançada a pedra fundamental do campus.”⁸. Outras conquistas da comissão deram-se com a aprovação do Conselho Estadual de Educação ao funcionamento dos Institutos de Biologia, Matemática, Física, Química, e das faculdades de Engenharia, Tecnologia de Alimentos, Ciências e Enfermagem, além da Faculdade de Medicina utilizar o Regimento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP, enquanto não obtivesse aprovação de seu regimento próprio¹².

No ano de 1968, quarenta e dois alunos, trinta e seis homens e seis mulheres, dos cinquenta que haviam ingressado em 1963, graduavam-se como a primeira turma da agora denominada Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. Como seu paraninfo, o primeiro diretor, o professor Almeida ao dirigir-se à turma de médicos e médicas, assim se expressou:

E vosso paraninfo, todo orgulhoso da escolha, de coração se associa as [escolhas] que o afeto de vossos familiares neste momento e vos lembra que, de agora em diante, pertenceis a uma classe social que sempre é examinada, criticada, seguida e que serve de exemplo a todas as condutas. [...] Da época de sua implantação, das improvisações que se fizeram necessárias, do entusiasmo que supria as deficiências, do sacrifício que substituía a pobreza, do consolo que vos trazia em todas as oportunidades e ainda ontem, de constituídes "a turma histórica". A primeira a se matricular, a fundadora do centro, a primeira a inaugurar as disciplinas, a primeira a enfrentar problemas que surgem à medida que o curso avança. Teria sido ideal que a Faculdade tivesse sido instalada após a organização da Universidade⁷².

O Dr. Almeida finaliza a sua gestão em 30/7/1969, entregando o cargo para o Prof. Dr. Silvío dos Santos Carvalhal que será o diretor no período de 19/12/1969 a 7/1/1971.

DISCUSSÃO

O estudo histórico da primeira gestão da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, partiu inicialmente da compreensão do contexto histórico que foram criadas as faculdades de medicina, a aceitação da cidade e o

¹² Os Estatutos da Universidade de Campinas, foram aprovados pelo Conselho Estadual de Educação em 1969, baixados pelo Decreto n.º 52.255, 30/06/1969.

período político que vivenciava o País. Tal narrativa foi fundamental para a compreensão geral dos rumos que foram direcionados pelo professor Antônio Augusto de Almeida. Além de analisar todos os contextos, foi essencial a realização de um estudo sobre a sua trajetória na área médica e sua atuação na cidade.

A mobilização da cidade por uma faculdade de medicina, teve seu início na década de 40, e somente obteve sua concretização em um período de política de estado brasileiro o qual fôra governado pelos militares. No contexto do País, a dificuldade para se aprovar a Faculdade na cidade de Campinas, deu-se pela questão que tradicionalmente o poder de ensino de uma educação médica concentrava-se somente nas capitais do País, porém, após algumas décadas posteriores, é que pode-se obter o início para o surgimento das primeiras escolas médicas nos municípios do interior do Brasil. A criação de uma faculdade no município de Ribeirão Preto a poucos quilômetros de Campinas acabou sendo o segundo momento de impasse em sua construção, mobilizado pelo professor Zeferino Vaz, tendo sido realizado o pedido através da Secretaria de Educação do Estado, estabelecendo em seu relatório a não aprovação da criação em Campinas. Porém, por uma questão do destino, fôra o mesmo Zeferino Vaz, o qual após alguns anos da criação da Unicamp obteve o reconhecimento de ser o grande responsável pelo seu crescimento e criação definitiva.

Com todo o cenário da dificuldade encontrada para surgimento da faculdade em Campinas, a mesma consegue ser criada, tendo como seu primeiro diretor um médico influente na cidade que atuava no hospital Penido Burnier, além de Antônio Augusto outros médicos influentes na cidade tiveram participação direta em sua criação. A força econômica, e a posição da cidade com relação as demais cidades, não foram suficientes para criação da Instituição, tendo o projeto a alavancar-se somente na década de 60, em pleno regime militar, trazendo consigo preocupações de censura, e dificuldades para atividades de debates.

Para que possa melhor compreender como foi a gestão do primeiro diretor neste cenário, foram utilizados Documentos Institucionais Preservados junto aos arquivos históricos da Universidade que apresentavam relações diretas do diretor em três questões: Ensino, Pesquisa e Extensão.

Tripé o qual encontra-se bem consolidado nos dias atuais em decorrência das missões das instituições de ensino superior, e a legislação de ensino superior, as quais não eram as mesmas na década de 60, sendo que, a pesquisa e a extensão não eram políticas obrigatórias no País. Mesmo com a não obrigatoriedade é pertinente considerar para podermos compreender os primeiros tempos da Instituição o qual foi criada em plena ditadura militar. O ensino e a pesquisa foi-nos possível observar a caminhada em um processo de construção, de modo contíguo com a Instituição, e com uma particularidade da participação dos alunos sempre em decisões ao ensino, pesquisa e até na reformulação do ensino estiveram presentes e não eram repreendidos pela direção.

Por fim, analisando a extensão, o que mais se destacou, foi a Faculdade realizar um trabalho pioneiro de atividade “extramuros” em pleno regime militar com uma atividade de atenção comunitária de ensino próximo a sociedade, de atividades sociais e assistências; atividade a qual podemos aqui mencionar como sendo pioneira, e que passou a fazer parte do currículo da Faculdade somente na década seguinte em 1971 quando a Faculdade inicia-se a atuar diretamente em posto de saúde e convênio firmado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da primeira gestão da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, foi no sentido em investigar/pesquisar/analisar, examinando toda a histórica do contexto político do País quando do momento de sua criação. Levantamento histórico crucial para podermos compreender em que período e cenário teve o início da Instituição Pública de Ensino Superior em Medicina, no interior de São Paulo. A partir de toda análise, descobriu-se que mesmo a cidade de Campinas apresentando uma enorme importância econômica dentro do País, e com uma forte influência política na área, mesmo dessa forma, o processo de criação da Instituição deu-se de forma processual, e vinculada aos acontecimentos históricos do município.

Para compreender o estudo da primeira gestão, optou-se em concentrar a pesquisa nos documentos históricos preservados nos acervos da

Universidade, partindo da análise extremamente criteriosa, sendo fundamental para que pudéssemos conseguir compreender a existência, ou não, de amnésias na memória da Instituição, a qual apresenta uma política de preservação de acervos Institucionais e Pessoais, os quais permitem a reflexão sobre a memória, bem como produção da ciência, e de pesquisas históricas. No referido estudo, foi possível caracterizar de forma sucinta, todas as características de Antonio Augusto de Almeida, o qual fôra oftalmologista, um médico muito conceituado na cidade de Campinas, atuante administrativamente em um dos hospitais mais famosos do estado na época, na área de oftalmologia; o Instituto Penido Burnier. Esteve à frente da criação da Faculdade e, posteriormente, com a criação da Comissão de Criação da Unicamp, no ano de 1965. Foi membro ao lado de Zeferino Vaz, mostrando-se assim, um médico eficaz, eficiente, politizado, e atuante na área administrativa.

Na sua relação com os estudantes, foi possível de ser percebida nos documentos, através da autorização de funcionamento do Centro Acadêmico, além da criação da comissão paritária, onde os estudantes puderam sugerir ações na reforma do ensino, podendo serem sempre participativos em sua gestão; lembrando que o movimento participativo estudantil ocorreu em um período em que o País vivenciava através de um regime militar, e os movimentos estudantis eram duramente reprimidos em suas Instituições de Ensino.

O estudo em questão sobre o primeiro diretor, não se esgota com a referida pesquisa ora realizada, pois uma análise mais criteriosa, se faz necessária sobre sua relação com a Instituição, bem como junto aos estudantes no período, onde poderá ser realizada através de entrevistas com os estudantes das primeiras turmas. Aqui porém, o objetivo não era o de esgotar todas as fontes, mas sim apenas analisar a trajetória de Antônio Augusto, pelo recurso dos acervos históricos da Universidade.

A análise das realizações administrativas da primeira gestão, partiu do estudo das áreas de ensino, pesquisa e extensão; entre tais áreas, deu-se destaque às ações de extensão realizadas nos primeiros anos de criação da Faculdade, de mode contíguo ao bairro Jardim dos Oliveiras, área a qual que encontra-se afastada dos centro da cidade de Campinas, apresentando uma enorme precariedade na época quanto às condições de

saúde e assistência. As ações chamadas na época de “extra-muros” apresentavam como possibilidade, como podemos dizer de um primeiro passo de aproximação da Instituição de Ensino Superior com a Sociedade, o queem muito favoreceu a troca de conhecimento. Foi o primeiro passo a ser realizado na Unicamp, onde destaca-se como sendo um período em que as Instituições de Ensino Superior realizavam atividades de extensão voltadas para as questões assistenciais, e com poucas ações de Ensino e Metodologia, o que foi possível observar nos relatórios do departamento de Medicina Preventiva e Social da FCM-Unicamp.

Contudo na pesquisa realizada, concluímos que conseguiu-se contribuir para a compreensão de um período histórico de atividades de extensão, na década de 60, que foram voltadas para a ensinar os estudantes através de ações práticas, com a troca de experiências com a sociedade local, questões as quais não se encontravam nos livros didáticos da época. No estudo conseguiu-se portanto, dar início a uma compreensão maior da estrutura da extensão, sendo necessária uma análise das modificações aos longos dos anos de tais atividades, bem como, o detalhamento das legislações, para que possa ser avaliado se há correlação da situação atual com os primeiros passos de inovação do Ensino no ciclo que ocorreu o estudo em questão.

REFERÊNCIAS

1. DIAS, C.D, SILVA, J.L.C.P, CRUZ, M.A, SAAD, M.J.A.; FILHO PEREIRA, RA, PEREIRA, RIC. FCM 50 anos: a realidade ultrapassou o sonho. 1 ed. Campinas: FCM/Unicamp; 2013.
2. BULCÃO, LG, EL-KAREH, AC, SAYD, JD. Ciência e ensino médico no Brasil (1930-1950). História, Ciências, Saúde – Manguinhos. 2007 abr-jun; 14(2), p. 483. Brasil.
3. AMARAL, JL. Duzentos de ensino médico no Brasil [tese]. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social; 2007, p. 50, 53, 69, 77.
4. NUNES, ED. O Relatório Flexner: um pouco da sua história. Boletim da FCM. 2010 dez; 6(6), p. 02. Brasil.
5. Fiocruz [Internet]. A Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Rio de Janeiro: Fiocruz; [atualização 06 set 2023; acessado em 28 fev 2024]. Disponível em <https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/>
6. Ministério da Educação [Internet]. História MEC. Brasília: MEC; [atualização 30 jun 2023; acessado em 28 fev 2024]. Disponível em <https://portal.mex.gov.br>
7. FAZENDA, ICA. Educação no Brasil anos 60 : o pacto do silencio. 2. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1988, p. 50, 29, 31.
8. GOMES, E. O Mandarim: história da infância da Unicamp. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006, p. 28, 30, 33, 34, 70, 48.
9. SILVA, MRB. O ensino médico em debate: São Paulo – 1890 a 1930. Revista História Ciências Saúde, 2002; 09, p. 141, 152. Brasil.
10. NASCIMENTO, EPL, CORREA, CRS, NOZOWA, MR. O Município de Campinas e a Organização da Secretaria Municipal de Saúde. Revista Cadernos de Saúde Pública, 2001; 17(04), p. 995.
11. MARTINS, JPS, NASCIMENTO, PC. SMCC 90 anos na história da saúde em Campinas: memórias e legados. 1 ed. Campinas: PCN Comunicações, 2015, p. 66-67.
12. Academia de Medicina de São Paulo [Internet]. Cantídio de Moura Campos. São Paulo: Academia de Medicina de São Paulo; [atualizado 2024;

acessado em 20 mar 2018]. Disponível em <https://academiamedicinasaopaulo.org.br>

13. UNICAMP. Reitoria. Processo 01P-187/1963. Solicita pagamento FG-11 ao Professor Doutor Cantídio de Moura Campos, ex-Diretor da Faculdade de Medicina de Campinas. Arquivo Central/Siarq. Fundo Reitoria.
14. JORNAL DIÁRIO EXECUTIVO, 29 de dezembro de 1962. Diário Executivo do Estado de São Paulo n.º 284. Arquivo Central/Siarq. Fundo antecedentes Históricos.
15. UNICAMP. Faculdade de Medicina. Portaria n.º 01, 20 de maio de 1963. Arquivo Central/Siarq. Fundo Antecedentes Históricos.
16. UNICAMP. Faculdade de Medicina. Foto aula inaugural, 20 de maio de 1963. Centro de Memória e Arquivo/FCM.
17. ARRUDA, SLS. O primeiro diretor FCM. Boletim da FCM. 2007 jan; 2(7), p. 01. Brasil.
18. COSTALLAT, LTL (Org.). Livro de Memórias da FCM/Unicamp. Campinas: FCM/Unicamp, 2004.
19. UNICAMP. Reitoria. Processo 01P-4703-1975. Pagamento ao Sr. Aldo Cardarelli, referente à execução de três quadros a óleo de Professores Eméritos da FCM. Arquivo Central/Siarq. Fundo Reitoria.
20. ARQUIVOS DO INSTITUTO PENIDO BURNIER. In Memoriam. Arquivos do Instituto Penido Brunier. 1975; 21, p. 07-08. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antônio Augusto de Almeida
21. Revista da Faculdade de Ciências Médicas. FCM/Unicamp. 1993 mai; Número especial comemorativo aos 30 anos de fundação da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. Brasil.
22. AMARAL, ILMF, NUNES, ED. O papel dos arquivos pessoais e institucionais para o estudo de gestão administrativa: um estudo sobre os diretores da FCM/Unicamp. Revista Regae. 2019; 8(17), p. 1-15. Brasil.
23. AMARAL, ILMF; NUNES, ED. Os conceitos de gestão e administração: aplicação ao estudo das gestões dos diretores da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. Revista Regae. 2017; 6(13), p. 67-81. Brasil.
24. ARQUIVO NACIONAL. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. 2004.

25. BEHREND, MT. Resgatando a construção de tabelas de temporalidade de documentos [Monografia]. Porto Alegre: Ufrgs, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação; 2011.
26. BELLOTO, HL. Universidade e arquivo: perfil, história e convergência. *TransInformação*. 1989; 1(3), p. 15-28. Brasil.
27. BELLOTO, HL. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
28. BLOCH, M. Apologia da história ou ofício do historiador. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
29. BRUYNE, P, HERMAN, J, SCHOUTHEETE, M. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica. 1 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
30. CAMARGO, AMA, GORLART, S. Tempo e Circunstância. 1 ed. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.
31. COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*. 1998;11(21), p. 129-149. Brasil.
32. DUCROT, A. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Revista Estudos históricos*. 1998; 21. Brasil.
33. HORA, SRA, SATURNINO, LPT, SANTOS, EC. A evolução do arquivo e da arquivologia na perspectiva da história. *WebArtigos*. 26 fev 2010.
34. LOPES, US. Arquivos e a organização da gestão documental. *Revista ACB*. 2004; 9, p. 113-122. Brasil.
35. MEDEIROS, NL, AMARAL, CMG. A representação do ciclo vital dos documentos: uma discussão sob a ótica da gestão de documentos. *Em Questão*. 2010; 16(2), p. 297-310. Brasil.
36. MARTINS, NR. Memória universitária: o arquivo central do sistema de arquivos da Universidade Estadual de Campinas (1980-1995) [Dissertação]. Campinas: Unicamp; 2012.
37. MOURA, MMA, GARCIA, M. Os documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos*. 1998; 11(21), p. 175-187. Brasil.
38. PAES, ML. Arquivos: teoria e prática. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
39. PRADO, Heloisa de Almeida. A técnica de arquivar. 2 ed. São Paulo: T. Queiroz, 1986.

40. SILVA, WA. Retrospectiva da arquivística brasileira no século XX [Monografia]. Rio de Janeiro: Unirio, Escola de Arquivologia 2002.
41. SANTOS, PE. Uma abordagem arquivística: os documentos de um laboratório das ciências biomédicas. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. 2012; 19(1), p. 303-323. Brasil.
42. SOUSA, RTB. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, GM, LOPES, IL (org.). *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da Informação*. 2003; 2, p. 240-269. Brasil.
43. SOUSA, RTB. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. *Arquivistica.net*. 2006; 2(2), p. 120-142. Brasil.
44. FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
45. LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 1990.
46. ALMEIDA, Antônio Augusto. Discurso formatura I turma de medicina da Unicamp, 1968. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antônio Augusto de Almeida.
47. UNICAMP. Reitoria. Processo 01P-444/1964. Vida Funcional/Antônio Augusto de Almeida. Arquivo Central/Siarq. Fundo Reitoria.
48. ALMEIDA, AA. *A esclerectomia posterior no deslocamento da retina [tese]*. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1954, p. 09.
49. Instituto Penido Burnier [Internet]. Conheça a história do Instituto Penido Burnier. Campinas: Instituto Penido Burnier; [acessado em 01 jun 2018]. Disponível em <https://penidoburnier.com.br/historico>
50. ALMEIDA, Antonio Augusto. *Compêndio de oftalmologia*. 1 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1974, p. 3.
51. JORNAL DIÁRIO DO POVO, 27 de janeiro de 1964. Livro didático é o maior problema do universitário. Arquivo Central/Siarq. Fundo Antecedentes Históricos.
52. AMARAL, ILMF, NUNES, ED. Os conceitos de gestão e administração: aplicação ao estudo das gestões dos diretores da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. *Revista Regae*. Set-dez 2017, p. 77-78. Brasil.

53. UNICAMP. Reitoria. Processo 01P-119/1968. Relatório das atividades desenvolvidas pelo Departamento de Medicina Preventiva e Social. Arquivo Central/Siarq. Fundo Reitoria.
54. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Educação no Brasil anos 60: o pacto do silêncio. 2. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1988, p. 36.
55. Universidade Estadual de Campinas. Relatório final da Comissão da Verdade e Memória "Octávio Ianni" da Unicamp. Campinas, SP: UNICAMP/Gabinete do Reitor; 2015.
56. PAGLIOSA, FL, ROS, MA. O Relatório Flexner: Para o bem e para o mal. Revista Brasileira de Educação Médica. 2008; 32(4), 492-499.
57. UNICAMP. Reitoria. Processo 01P-296/1967. Solicita cancelamento do contrato firmado entre aquela secretaria e a UC, visando a Assistência Médica Preventiva de Combate ao Câncer, em 31.01.67. Arquivo Central/Siarq. Fundo Reitoria.
58. UNICAMP. Reitoria. Processo 01P-468/1967. Carta convênio Unicamp/Organização Pan-Americana Saúde-Estabelecer programa provisório de livro didático de medicina no Brasil (exercício 1967 a 1995). Arquivo Central/Siarq. Fundo Reitoria.
59. UNICAMP. Reitoria. Processo 01P-1257/1968. Financiamento da URSS/BNDE. Arquivo Central/Siarq. Fundo Reitoria.
60. UNICAMP. Reitoria. Processo 01P-1457/1968. Doação de área de terreno ao Departamento de Medicina Preventiva e Social, pela Prefeitura Municipal. Arquivo Central/Siarq. Fundo Reitoria.
61. FILHO, Olavo. Conselho Estadual de Educação: pedido de reconhecimento do Curso Médico da Universidade Estadual de Campinas, 18 fev 1970, p. 16. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antecedentes Históricos.
62. Regime de Dedicção Plena na Universidade de Campinas. Diário do Povo, Campinas, 1968 ago, p. 09.
63. UNICAMP. Portaria do Diretor da Faculdade de Medicina n.º 02, 20 mai 1963. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antecedentes Históricos.
64. UNICAMP. Portaria do Diretor da Faculdade de Medicina n.º 01, 20 mai 1963. Arquivo Central/SIARQ. Fundo de Antecedentes Históricos.
65. BEDRIKOW, R. Extensão Universitária na Vila Paula. 1 ed. Campinas: Unicamp, 2022, p. 21.

66. UNICAMP. Processo 01P-119/68. Relatório das atividades desenvolvidas pelo Departamento de Medicina Preventiva e Social no ano de 1968, p. 15. Arquivo Central/SIARQ. Fundo de Antecedentes Históricos.
67. Reformulação no Ensino da Faculdade Medicina. Diário do Povo, Campinas, 13 set 1968. Arquivo Central/SIARQ. Fundo de Antecedentes Históricos.
68. UNICAMP. Centro Acadêmico Adolfo Lutz. O Patológico, janeiro de 1969; 01/69, p. 6-7. Centro de Memória e Arquivo FCM. Fundo Centro Acadêmico Adolfo Lutz.
69. JORNAL DIÁRIO DO POVO, 08 de agosto de 1968. Tese de Doutorado na FM. Arquivo Central/Siarq. Fundo de Antecedentes Históricos.
70. UNICAMP. Diretório Científico Adolfo Lutz. Caderno da liga Acadêmica, 2014, p. 4. Centro de Memória e Arquivo/FCM. Fundo Centro Acadêmico Adolfo Lutz.
71. JORNAL DIÁRIO DO POVO, Campinas, 04 out 1963. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antecedentes Históricos.
72. ALMEIDA, Antônio Augusto. Discurso formatura I turma de medicina da Unicamp, 1968, p. 3. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antônio Augusto de Almeida.

ANEXOS 01

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS CONSULTADOS E NÃO CITADOS

1. UNICAMP. Setor de Pessoal. **Listagem dos primeiros professores contratados**. [1963]. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antecedentes Históricos.
2. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Cemitério da Saudade. **Atestado**, 23 de outubro de 1963, Edmo Lucchini Goulart, administrador do cemitério, à Faculdade de Medicina da Unicamp. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antecedentes Históricos.
3. UNICAMP. Reitoria. **Processo 01P-479/1964**. Solicita executar trabalhos escritura doação da gleba terra da fazenda Santa Cândida pelo seu proprietário, a favor da Unicamp. Arquivo Central/Siarq. Fundo Reitoria.
4. UNICAMP. **Relatório sobre as condições oferecidas pelo prédio do asilo das órfãos, da Santa Casa de Misericórdia de Campinas**, Walter August Hadler, Diretor Instituto de Morfologia, 1964. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antecedentes Históricos.
5. UNICAMP. Divisão Cultural e Assistência Social. **Ofício s/n**, de 17 de março de 1964, Sem Identificação, ao Ruy Hellmeister Novais, Prefeito Municipal de Campinas. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antecedentes Históricos.
6. UNICAMP. Faculdade de Medicina. **Ofício s/n**, de 28 de março de 1964, Antônio Augusto de Almeida, Diretor, ao Mário Degni, Reitor da Unicamp. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antecedentes Históricos.
7. UNICAMP. Divisão de Administração. **Ofício n.º 65/64**, de 07 de abril de 1964, Juvenal Bechara, diretor, ao Ruy Hellmeister Novaes, prefeito de Campinas. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antecedentes Históricos.
8. UNICAMP. Reitor. **Ofício n.º 133/64**, de 13 de maio de 1964, Mário Degni, Reitor, ao Flávio Suplicy Lacerda, Ministro da Educação e Cultura. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antecedentes Históricos.
9. UNICAMP. Instituto de Fisiologia. **Ofício n.º 07/64**, de 08 de junho de 1964, Oswaldo Vital Brazil, docente, à Mário Degni, Reitor da Unicamp. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antecedentes Históricos.

10. UNICAMP. Reitoria. **Ofício DCAS n.º 33/64**, de 02 de julho de 1964, de Mário Degni, Reitor, ao Teodoro de Arruda Souto, membro do Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antecedentes Históricos.
11. UNICAMP. Reitoria. **Ofício n.º 36/64**, de 07 de julho de 1964, de Mário Degni, Reitor, à Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antecedentes Históricos.
12. UNICAMP. Reitoria. **Ofício DCAS n.º 35/64**, de 09 de julho de 1964, de Mário Degni, Reitor, ao Adhemar de Barros, Governador do Estado de São Paulo. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antecedentes Históricos.
13. UNICAMP. Divisão de Administração. **Ofício n.º 270/64**, de 27 de agosto de 1964, Juvenal Bechara, diretor, ao Francisco S. Céspedes, Diretor departamento de assuntos educacionais. Arquivo Central/SIARQ. Fundo de Antecedentes Históricos.
14. UNICAMP. Divisão de Administração. **Ofício n.º 290/64**, de 17 de setembro de 1964, Juvenal Bechara, Diretor, à Produtos Químicos Ciba S.A. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antecedentes Históricos.
15. UNICAMP. Centro Acadêmico Adolfo Lutz. **O Patológico**, 30 de outubro de 1964, ano I, n.º 01. Centro de Memória e Arquivo/FCM. Fundo Centro Acadêmico Adolfo Lutz.
16. UNICAMP. Reitoria. **Processo 01P-04/1965**. Convênio entre o Ministério da Educação e a Faculdade de Medicina de Campinas. Arquivo Central/Siarq. Fundo Reitoria.
17. UNICAMP. Reitoria. **Processo 01P-388/1965**. Vida Funcional/Antônio Augusto de Almeida. Arquivo Central/Siarq
18. UNICAMP. Faculdade de Medicina. **Termo convênio celebrado entre a Diretoria de Ensino Superior e o Ministério de Educação e Cultura e a Faculdade de Medicina de Campinas, visando à expansão e aperfeiçoamento do ensino médico**, 1965, Raymundo Moniz de Aragão, Diretor de Ensino Superior, à Antônio Augusto de Almeida, Diretor. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antecedentes Históricos.
19. UNICAMP. Faculdade de Medicina. **Ofício s/n**, de 11 de fevereiro de 1965, Antônio Augusto de Almeida, diretor, ao Zeferino Vaz, reitor da Unicamp. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antecedentes Históricos.

20. UNICAMP. Clínica Cirúrgica do Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina. **Ofício n.º 30/65**, de 09 de março de 1965, de Flávio Sylvio Rivetti, docente, ao Pedro Montelenne, diretor de A Gazeta. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antecedentes Históricos.
21. UNICAMP. Centro Acadêmico Adolfo Lutz. **Manifesto de greve dos estudantes de medicina**, 14 de abril de 1965. Arquivo Central/Siarq. Fundo de Antecedentes Históricos.
22. UNICAMP. Reitoria. **Ofício n.º 293/65**, de 30 de agosto de 1965, Mário Degni. Reitor, ao José Aldopho da Silva Gordo, Secretário dos Negócios de Estado da Fazenda. Arquivo Central/SIARQ. Fundo de Antecedentes Históricos.
23. UNICAMP. Faculdade de Medicina. **Relatório Ministério da Educação e Cultura**. 22 de setembro de 1965. Arquivo Central/SIARQ. Fundo de Antecedentes Históricos.
24. UNICAMP. Faculdade de Medicina. **Ofício n.º 185**, de 24 de setembro de 1965, Antônio Augusto de Almeida, diretor, ao Oswaldo Muller da Silva, Presidente do Conselho Estadual de Educação. Arquivo Central/SIARQ. Fundo de Antecedentes Históricos.
25. UNICAMP. Faculdade de Medicina. **Ofício n.º 187**, de 30 de setembro de 1965, Antônio Augusto de Almeida, diretor, ao Isaias Raw, Presidente do Raw. Arquivo Central/SIARQ. Fundo de Antecedentes Históricos.
26. UNICAMP. Reitoria. **Processo 01P-01/1966**. Orçamento de 1966. Arquivo Central/Siarq. Fundo Reitoria.
27. UNICAMP. Reitoria. **Processo 01P-03/1966**. Relatório das atividades didáticas das cadeiras da Faculdade de Medicina. Arquivo Central/Siarq. Fundo Reitoria.
28. UNICAMP. Reitoria. **Processo 01P-147/1966**. Correspondência. Arquivo Central/Siarq. Fundo Reitoria.
29. UNICAMP. Reitoria. **Processo 01P-773/1966**. Correspondência. Arquivo Central/Siarq. Fundo Reitoria.
30. UNICAMP. Reitoria. **Processo 01P-851/1966**. Correspondência recebida. Arquivo Central/Siarq. Fundo Reitoria.
31. UNICAMP. Reitoria. **Processo 01P-854/1966**. Telegramas. Arquivo Central/Siarq. Fundo Reitoria.

32. UNICAMP. Centro Acadêmico Adolfo Lutz. **Jornal do Calouro**, janeiro de 1966, ano II. Centro de Memória e Arquivo/FCM. Fundo Centro Acadêmico Adolfo Lutz.
33. UNICAMP. Reitoria. **Processo 01P-21/1967**. Correspondência Recebida. Arquivo Central/Siarq. Fundo Reitoria.
34. UNICAMP. Reitoria. **Processo 01P-159/1967**. Solicita conduta para São Paulo, aos alunos do 4ª ano, para aulas práticas moléstias transmissíveis. Arquivo Central/Siarq. Fundo Reitoria.
35. UNICAMP. Reitoria. **Processo 01P-171/1967**. Excedente da Faculdade de Medicina. Arquivo Central/Siarq. Fundo Reitoria.
36. UNICAMP. Reitoria. **Processo 01P-2374/1968**. Estruturação da residência p/1969. Arquivo Central/Siarq. Fundo Reitoria.
37. UNICAMP. Reitoria. **Processo 01P-2779/1968**. Financiamento da Polônia através do Ministério da Educação e Cultura. Arquivo Central/Siarq. Fundo Reitoria.
38. UNICAMP. Neusa Bonfante. **Foto Atendimento no Bairro dos Oliveiras**. [1968]. Centro de Memória e Arquivo/FCM/Unicamp. Fundo Neusa Bonfante.
39. ALMEIDA, Antônio Augusto. **Minuta Regimento da Faculdade de Medicina da Unicamp**, [1963]. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antônio Augusto de Almeida.
40. ALMEIDA, Antônio Augusto. Memorial, [1964]. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antônio Augusto de Almeida.
41. BRASIL. Câmara dos Deputados. **Ofício s/n**, de 01 de março de 1961, Luis Roberto Vidigal, Deputado Estadual, à Antônio Augusto de Almeida, membro do Conselho da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antônio Augusto de Almeida
42. BRASIL. Câmara dos Deputados. **Ofício s/n**, 02 de março de 1961, Juvenal Rodrigues Moraes, Deputado Estadual, à Antônio Augusto de Almeida, membro do Conselho da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antônio Augusto de Almeida.
43. BRASIL. Departamento de Ordem Política e Social. **Ofício n.º 345 – G.D.**, de 18 de junho de 1964, Andreás Aranha Schmidt, Diretor do

Departamento de Ordem Política e Social, à Michel Bogus, Diretor Geral da Unicamp. Arquivo Central/SIARQ. Fundo de Antecedentes Históricos.

44. BRASIL. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. **Ofício s/n**, de novembro de 1964, Celso Antônio Bandeira de Mello, Diretor Administrativo, à Antônio Augusto de Almeida, Diretor da Faculdade de Medicina da Unicamp. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antecedentes Históricos.

45. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Ofício n.º 5771**, de 04 de novembro de 1964, Suzana Gonçalves, Diretora Executiva, ao Mário Degni, Reitor da Unicamp. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antecedentes Históricos.

46. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Ofício n.º 89/66**, de 12 de janeiro de 1966, Raymundo Moniz de Aragão, Diretor, ao Zeferino Vaz, Reitor da Unicamp. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antecedentes Históricos.

47. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Ofício n.º 7080**, de 13 de janeiro de 1965, Suzana Gonçalves, Diretora Executiva, à Antônio Augusto de Almeida, Diretor da Faculdade de Medicina da Unicamp. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antecedentes Históricos.

48. COMISSÃO PRÓ-FACULDADE DE MEDICINA DE CAMPINAS. **Memorial**, [1961], Comissão Pró-Faculdade de Medicina, à Carlos Alberto de Carvalho Pinto, Governador do Estado de São Paulo. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antônio Augusto de Almeida.

49. JORNAL CORREIO POPULAR, 13 de abril de 1965. **Universitários irão EE UU entrevistas já foram realizadas**. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antecedentes Históricos.

50. JORNAL DIÁRIO DO POVO, 17 de março de 1965. **Aula Inaugural da Cadeira de Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina da Unicamp**. Arquivo Central/SIARQ. Fundo de Antecedentes Históricos.

51. JORNAL DIÁRIO DO POVO, 14 de abril de 1965. **Acadêmicos de Medicina realizam passeata do silêncio: Universidade**, p. 07. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antecedentes Históricos.

52. JORNAL SEM IDENTIFICAÇÃO, sem data. Dr. Antônio Augusto de Almeida. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antônio Augusto de Almeida.

53. SUCUPIRA, Newton. **Parecer Conselho Federal de Educação**, de 03 de dezembro de 1965. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Antecedentes Históricos.

ANEXOS 02

AUTORIZAÇÃO DA REVISTA REGAE

22/02/24, 15:35

E-mail de Unicamp - Autorização.



IVAN LUIZ MARTINS FRANCO DO AMARAL <ivanfa@unicamp.br>

Autorização.

Regae - Revista de Gestão e Avaliação Educacional <revistaregae@gmail.com> 22 de fevereiro de 2024 às 13:45
 Para: IVAN LUIZ MARTINS FRANCO DO AMARAL <ivanfa@unicamp.br>

Está autorizado o uso do texto para qualquer finalidade.

Claudemir de Quadros,
 editor.

=====

Em qua., 21 de fev. de 2024 às 14:35, IVAN LUIZ MARTINS FRANCO DO AMARAL <ivanfa@unicamp.br> escreveu:

Prezados, bom Dia.

Em 2019 fiz a publicação de um arquivo para a revista REGAE, título do artigo "O papel dos arquivos Institucionais e pessoais para o estudo da gestão administrativa: um estudo sobre os diretores da FCM", volume 08, número 17. Esse artigo é parte de minha dissertação de mestrado, a qual será um dos capítulos, assim para eu poder utilizar a pós-graduação está exigindo anexar na dissertação um termo de autorização da revista para eu poder usar o meu artigo como parte do mestrado.

Desde já agradeço.

Ivan Luiz M. Franco do Amaral

=====

<https://periodicos.ufsm.br/regae/index>.

Facebook: <https://www.facebook.com/revistaregae>.

Youtube: <https://www.youtube.com/c/RegaeRevistadeGestaoeAvaliacaoEducacional>

A
Ar